



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 22 - Nº 400- DE 17 A 31 DE OUTUBRO DE 2010 - R\$ 3,00

Massas Nº 400 – Uma conquista revolucionária

O Partido Operário Revolucionário chega ao jornal Massas 400. Um reduzido contingente de militantes decidiu em 1989 iniciar a construção de um novo partido. A decisão provinha da crítica a revisões iniciadas por Causa Operária à estratégia programática em razão dos êxitos eleitorais do PT e à conduta pequeno-burguesa de construir o partido. Nem bem iniciamos o trabalho de elaboração programática e de coesão política, partilhámos da crítica do POR boliviano ao afastamento de PO argentino do trotskismo e nos aproximamos de uma cisão que estava formando o POR na Argentina.

Nosso surgimento se dava em um quadro mais amplo de fragmentação das correntes que se reivindicam da IV Internacional. Compartilhamos da tese do POR boliviano, insistentemente explicada por Guillermo Lora, de que o partido é o programa, como formulou Trotsky, e que as inúmeras correntes auto-intituladas de trotskistas não constituíram o programa em seus países. Viviam e vivem de posições conjunturais e se alimentam de diferenças típicas de seitas e de agrupamentos oportunistas.

As condições históricas de regressão do movimento revolucionário internacional desde a implantação da política nacional socialista de Stálin na III Internacional e sua destruição em 1942 impuseram uma profunda crise de direção. A IV Internacional, concebida sobre a base do Programa de Transição, por Trotsky, não pôde avançar a tarefa de constituir o Partido Mundial da Revolução Socialista, iniciada pelos Quatro Primeiros Congressos da III Internacional, dirigida por Lênin. A dispersão da IV na década de 1950 indicou que as organizações que a compunham não constituíram quadros de posse do programa e da teoria marxista e não conseguiram penetrar no proletariado. O estilhaçamento permanece e reflete as dificuldades históricas da classe operária mundial e sua vanguarda de darem passos significativos na tarefa de superar a crise de direção.

O POR boliviano que completou 75 anos de existência tem o mérito de armar-se solidamente do programa da revolução proletária e de resistir ao isolamento internacional sem se afastar da tarefa de reconstruir a IV Internacional. Nossa jovem e inexperiente organização se espelhou na conduta política do POR e sua retidão assegurada pela moral revolucionária, que o colocou à margem de lutas conspirativas e aparelhistas que marcam quase todas as correntes do denominado campo trotskista. Está aí por que adotamos o nome de Partido Operário Revolucionário e de jornal Massas. A denominação expressa nossa filiação programática e nossa compreensão de reconstruir a IV Internacional.

O jornal Massas começou com a periodicidade mensal, logo saltou para quinzenal e aspiramos passar para semanal assim que as condições organizativas e materiais o permitirem. É preciso ressaltar que o Jornal Massas alcançou há muito a auto-sustentação financeira. O POR como partido leninista sobrevive apenas das campanhas, das sacrificadas cotizações da militância e das contribuições de simpatizantes que confiam nos propósitos revolucionários do partido.

Lutamos por formar quadros que elaborem coletivamente, soldando a teoria e a prática. Avançamos no sentido do Jornal Massas expressar a militância viva. O Jornal Massas é concebido como um organizador coletivo do proletariado e uma arma indispensável para combater a burguesia e orientar as massas no caminho da destruição do capitalismo. O Jornal Massas cumpre a tarefa de preparar dia a dia as condições políticas e organizativas para a revolução e ditadura proletárias. Uma parcela da vanguarda acompanha nossa imprensa. Lutamos com a certeza de que o Jornal Massas será uma imprensa popular, lida e assimilada pela classe operária.

VIVA O nº 400 do Jornal Massas! VIVA A IMPRENSA REVOLUCIONÁRIA DO PROLETARIADO!



Declaração do Partido Operário Revolucionário sobre o 2º turno das eleições presidenciais

Aos operários, camponeses, demais trabalhadores e juventude

É dever do partido revolucionário defender em quaisquer circunstâncias da luta de classes o programa da revolução proletária, a estratégia da ditadura do proletariado e os métodos da ação direta. Assim, o POR atuou nas eleições do 1º turno e assim atua no 2º turno.

O fato do POR estar em construção o impossibilitou de atuar com candidaturas próprias. Também não foi possível apoiar criticamente nenhum dos partidos que se reivindicam do socialismo, em razão de não terem profundos vínculos com a classe operária e por se adaptarem ao eleitoralismo. O POR, então, fez campanha pelo VOTO NULO PROGRAMÁTICO, cujo conteúdo é de defesa da independência política dos explorados diante dos partidos da burguesia em disputa, entre eles o PT. Posicionou-se pelas reivindicações dos explorados partindo das mais elementares, de defesa da estratégia da revolução e ditadura proletárias, do governo operário e camponês e de aplicação do método da ação direta (greves, manifestações, bloqueios). Essa posição se mantém no 2º turno.

O PSDB estava derrotado até as últimas semanas, como demonstravam todas as pesquisas eleitorais. A virada foi sendo preparada pela fabricação de escândalos de corrupção no governo Lula, como se o PSDB e o DEM não abrigassem quadrilhas de ladrões do Tesouro Nacional. De repente, Serra passou a liderar uma campanha anticorrupção e de bom uso da máquina do Estado. Os bandidos tornaram-se mocinhos, como nos filmes de ficção. Lula, Dilma e PT não puderam contra-atacar essa estratégia eleitoral porque de fato estão comprometidos com a venalidade.

O governo teve de justificar a acusação de quebra de sigilo fiscal da filha de Serra e dos capos do PSDB. Ora, haveria de fazer o contrário: apresentar para a população as contas de todos os políticos e acabar de vez com o sigilo. Pobre não precisa de nenhum segredo. Os burgueses, milionários e políticos ladrões se escondem por trás do sigilo, assim sonégam impostos, lavam dinheiro, escondem falcaturas e protegem suas imensas propriedades.

A classe operária e os camponeses que vivem do suor devem exigir que todo o segredo comercial dos capitalistas seja aberto à sociedade, que a contabilidade dos políticos e de seus parentes seja divulgada nas esquinas e botecos do País, nas favelas, nos cortiços, nos roçados, nas tendas dos sem-terra e nas casas dos desempregados, dos miseráveis e famintos.

Ao invés de Serra reclamar da quebra do sigilo de sua família, que venha à TV e mostre as contas. Ao invés de Lula e Dilma lamentarem que alguém tenha violado os computadores da Receita Federal, que apresentem suas próprias contas. Lula pode muito bem, como metalúrgico que foi, mostrar aos

operários a evolução de seu patrimônio e de sua família.

Mesmo com toda essa miséria política, Dilma continuava somando mais que Serra e Marina. Aí veio o golpe derradeiro que despencou Dilma, elevou Marina e colocou o rejeitado Serra com 32,61% dos votos válidos no 2º turno. Dilma foi pintada com as cores do satanás. Marina foi posta no pedestal pela Rede Globo, Jornal O Estado de São Paulo, a Folha, a Revista Veja etc. Seu partido, o PV, é um traque, mas Marina foi construída como gigante.

Igreja católica e Igrejas evangélicas se uniram na denúncia de que Dilma é a favor do aborto e, portanto, da descriminalização. O PSDB e Serra se fartaram com essa versão. O voto anti-aborto decidiu o 1º turno e continua fazendo estragos à candidatura de Dilma, no 2º.

Lula, Dilma e a cúpula do PT correram a desmentir. Ninguém quer saber de aborto. Pior: Dilma passou a pedir pelo amor de Deus que católicos e evangélicos não a abandonassem porque ela não é a favor do aborto e sim da vida. Fantástica conversão!

Serra posou de coroinha, fazendo de conta que não foi ele quem regulamentou a lei de 1940 que garante o aborto no caso de estupro e de risco de vida da gestante.

Montou-se um movimento obscurantista e reacionário das igrejas em nome da vida quando se está falando em nome de uma alma enviada por Deus à Terra. Entre ciência e religião, Dilma, Serra e Marina ficam com a religião. Nota-se que a separação entre Estado e Igreja é apenas formal. O Estado laico é comandado por governos reféns das igrejas.

O fato de Dilma ter algum dia declarado a favor do aborto não quer dizer que como presidenta irá trabalhar pela descriminalização. E por quê? Porque seu governo inevitavelmente dependerá da bancada parlamentar evangélica que cresce eleição a eleição e porque não irá confrontar a poderosa CNBB e o Vaticano.

Se Lula não fez tudo que os bispos e os pastores queriam, não deixou de atendê-los e apoiá-los em sua missão obscurantista de defesa ideológica do capitalismo, portanto, da sociedade de classe. O acordo que o Estado brasileiro fez com o Estado do Vaticano, que confere privilégios à Igreja católica, foi uma das demonstrações mais claras do colaboracionismo do governo petista com a religião. Em contrapartida, o governo de Lula potencializou a rede assistencialista dos evangélicos.

Dizem que estão a favor da vida quando milhares de mulheres morrem e se mutilam ao fazerem abortos clandestinos. Mentira! Estão a favor de uma alma inexistente, do rio de dinheiro que as Igrejas acumulam e da profissionalização de charlatães. O Vaticano combate duramente o direito ao abor-

to, enquanto a pedofilia de padres anda solta nas casas paroquiais.

A verdadeira essência das eleições não está em decidir pelos valores morais, éticos, religiosos ou científicos. Mas sim constituir um novo governo burguês que dirija por meio da política econômica os negócios da classe capitalista. Os partidos que de fato disputam as eleições e podem vencer estão submetidos ao poder econômico da burguesia. Não por acaso, Dilma estimou gastar 157 milhões de Reais e Serra, 180 milhões de Reais. A soma das três candidaturas concorrentes é de 427 milhões. Certamente, gastaram muito mais. Com essa dinheirama é que os partidos patronais arrastam os explorados a votar nas candidaturas dos exploradores.

Os explorados, que esperam decidir com seu voto quem será o melhor para eles, se enganam completamente. Não há melhor governo burguês para os oprimidos. Aquele governo que pareceu ser o melhor, como no caso de Lula, apenas distribuiu migalhas da imensa riqueza produzida pela maioria oprimida. Migalhas que se tornam caras para a população trabalhadora, que tem de produzir mais e com menos salário. Torna-se também mais dependente da política dos exploradores.

As massas oprimidas seguem o palavreado eleitoral dos partidos da burguesia, de instituições como as igrejas e de sindicatos corrompidos porque não têm o partido da revolução proletária. Não tendo consciência de classe, as massas ficam ao dispor dos partidos patronais e de seus agentes. Nas eleições, a classe operária não atua como classe, mas como operários individualizados. Não tem como defender as reivindicações e lutar pela derrubada do poder da burguesia.

É com essa compreensão que chamamos a classe operária,

os camponeses e a juventude a construir o Partido Operário Revolucionário.

Anulem o voto! Diga não às mentiras dos exploradores!
VOTE NULO EM DEFESA DO PROGRAMA DA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA E DA CONSTITUIÇÃO DE UM GOVERNO OPERÁRIO E CAMPONÊS, NASCIDO DA INSURREIÇÃO DOS POBRES E OPRIMIDOS!

- **Pelo voto nulo programático!**
- **Em defesa do programa da revolução e ditadura proletárias;**
- **Expropriação da propriedade privada dos meios de produção e sua transformação em propriedade social, coletiva;**
- **Constituir a aliança operária e camponesa, sob a bandeira de um governo operário e camponês;**
- **Formar uma frente única anti-imperialista e anticapitalista;**
- **Fim do desemprego - Implantar a escala móvel das horas de trabalho, dividindo as horas nacionais utilizadas entre todos aptos ao trabalho;**
- **Fim da miséria – Por um salário mínimo de R\$ 3.500,00, corrigido pela escala móvel de reajuste de acordo com a inflação;**
- **Fim dos latifúndios – Expropriar sem indenização a propriedade latifundiária, nacionalizar as terras e entregá-las aos que nela trabalham;**
- **Construir o Partido Operário Revolucionário internacionalista**
- **A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores!**

Disputa interburguesa arrasta-se pelo 2º turno

Bloco oposicionista, com apoio do PV, impõe derrota parcial ao governo Lula/PT Lutar pela independência política dos explorados com o voto nulo programático

A apuração das urnas, neste domingo 03 de outubro, trouxe uma derrota parcial ao governo Lula/PT, cuja candidata, Dilma Roussef, apontada pelas pesquisas como franca favorita à uma vitória em primeiro turno, terá de amargar a disputa do segundo turno com o tucano Serra. Os ataques da imprensa burguesa, a sangria promovida com o escândalo da Casa Civil e o impulso dado à candidata do PV, Marina Silva, (mais uma alternativa burguesa e eco-capitalista à disposição do imperialismo) se não se mostraram suficientes para anular a influência eleitoral de Lula serviram, ao menos, para retirar votos de Dilma, sustentada pela imensa popularidade do caudilho. As eleições, no primeiro turno, deram à Dilma apenas 46,9% dos votos; insuficientes para encerrar a disputa antes de 31 de outubro. Serra e Marina, ao perfazerem 32,6 1% e 19,33%, respectivamente, inviabilizaram a vitória lulista e expressaram o apoio de uma importante fração da burguesia. A proximidade da crise e a necessidade de novas reformas constitucionais que dêem fôlego orçamentário ao estado (leia-se, descarregar a crise sobre os assalariados, por meio de nova reforma da previdência, fiscal, trabalhista) motivou todo um importante setor da burguesia a alinhar-se com Serra e impulsionar Marina. A

burguesia pró-imperialista sabe que Dilma, figura sem expressão política, catapultada por Lula, não tem o carisma e poder de contenção dos movimentos sociais que seu antecessor. Vislumbra que pela frente não há garantias de um novo período de crescimento prolongado (mesmo que apoiado no endividamento da população) como nos oito anos de Lula, mas, ao contrário, estagnação internacional, da qual não será possível ignorar. O segundo turno, na atual conjuntura, pressupõe uma disputa mil vezes mais encarniçada entre as frações agrupadas em torno do governo e da oposição.

Disputa para o Senado e Câmara Federal expõe a fraqueza da oposição burguesa do PSDB/DEM

PSDB e DEM foram os grandes derrotados na composição do Congresso Nacional. Nas eleições para a Câmara de deputados, o PSDB, que havia eleito 66 deputados federais em 2006, e perdido 7, cai agora para 53 deputados federais. O DEM teve sua bancada parlamentar encolhida de 65 para 43 deputados. No senado, o PSDB caiu de 13 para 10 senadores e o DEM, que chegou a ter 17, caiu para 8 senadores. Mas, a derrota da oposição burguesa do PSDB/DEM foi muito mais do que simples-

mente numérica. As principais cabeças da burguesia pró-imperialista, alinhadas com Serra, foram degoladas: Tasso Jereissati, no Ceará; César Maia, no Rio; Artur Virgílio, no Amazonas; Heráclito Fortes e Mão Santa, no Piauí; além de Marco Maciel, em Pernambuco; foram derrotados com empenho pessoal do caudilho Lula nestes estados.

A base governista, por sua vez, saltou de 380 para 402 parlamentares na Câmara Federal. No Senado o ascenso foi de 31 para 48 senadores. PT e PMDB elegendos respectivamente 11 e 16 senadores passaram para 13 e 19 senadores cada um. Na Câmara Federal, porém, ao passo que o PT engordava sua bancada, saltando de 83 para 88 deputados federais, o PMDB encolhia em 10 deputados (caiu de 89 para 79). A nova composição da Câmara Federal, formada depois de 03 de outubro, deu ao PT, portanto, a maior bancada, o que garante fôlego necessário para disputar a presidência da casa e controlar sua pauta. O PMDB, que chegou a controlar as duas casas, manterá agora a presidência em apenas uma delas: o Senado. Em caso de vitória de Dilma, as condições para a governabilidade estarão dadas sem que, com isso, o novo governo deixe de depender do fisiológico PMDB. Este último, por sua vez, no caso de vitória de Serra, não fará cerimônias para se unir aos antigos opositoristas demo-tucanos.

A disputa nos estados: alianças oligárquicas, corrupção e poder econômico

As alianças eleitorais nos estados, muitas delas completamente antagônicas às estabelecidas nacionalmente, seguiram os alinhamentos que expressavam os interesses oligárquicos regionais. No Rio de Janeiro, Fernando Gabeira do PV acertou o apoio do PSDB e DEM numa coligação contra PMDB/PT sem se importar com a disputa entre PV e PSDB nas eleições presidenciais. O mesmo ocorrendo no Amazonas, Sergipe e Tocantins. No Maranhão, o apoio à reeleição da governadora Roseana Sarney reuniu numa mesma aliança PT e DEM, além de PMDB, PTB e PHS para enfrentar os 'aliados' PC do B e PSB. Em Pernambuco, o aliado de Dilma, PMDB, emblocou-se com o 'adversário' PSDB em uma frente contra PT e PSB que sustentavam a candidatura de Eduardo Campos. O mesmo ocorreu em São Paulo, onde PMDB, PSDB, e DEM, uniram-se ao redor de Alckmin contra PT/PC do B. O PMDB aliou-se ao PSDB contra o PT em mais 5 estados (Mato grosso do Sul, Acre, Amapá, Roraima e Santa Catarina).

Em Alagoas, foi o PSB, base de apoio de Lula, que rompendo com o PT/PMDB, aliou-se com o PSDB e o DEM em torno do corrupto Teotônio Vilela contra o candidato do governo, Ronaldo Lessa. O mesmo foi visto em Minas Gerais onde o 'aliado' PSB uniu-se ao PSDB/DEM para a reeleição de Antonio Anastasia e na Paraíba onde a aliança do PSB com PSDB/DEM incluiu o PV contra o candidato do PT/PMDB, Zé Maranhão. Em Rondônia, foi o stalinista PC do B quem aliou-se ao PMDB e ao DEM no apoio à Confúcio Moura contra PT e PSB que apoiavam João Cahulla.

A disputa majoritária pelo controle nos estados, ainda não definida em nove deles, mostrou o equilíbrio de força entre as frações e partidos burgueses. Embora os governistas tenham levado vantagem neste primeiro turno, conquistando onze estados contra sete da oposição, esta manteve em suas mãos o

controle dos estados mais poderosos. O PSDB, vitorioso em 4 estados, mantendo o controle sobre os dois mais importantes (São Paulo e Minas, além do Paraná); o PMDB, que venceu em 4 estados, assegurou o controle sobre o Rio de Janeiro; o PT, também foi vitorioso em 4 estados, voltou ao controle do Rio Grande do Sul. O DEM, que havia perdido seu único governo, no Distrito Federal, com o escândalo do *mensalão* de José Roberto Arruda, voltou a ganhar em 2 deles: Rio Grande do Norte e Santa Catarina.

O poder econômico interveio maciçamente nas eleições. As previsões de gastos apresentadas por Dilma, Serra e Marina superaram tudo quanto havia de imaginável. Para efeito comparativo, a campanha de Lula e Serra nas eleições de 2002 envolveram gastos oficiais de R\$ 39 milhões e 42 milhões respectivamente. Os gastos da campanha de Lula e Alckmin em 2006 atingiram o dobro do registrado na eleição de 2002: respectivamente R\$ 89 milhões e R\$ 85 milhões. As despesas eleitorais dos 7 candidatos à presidência neste mesmo ano (2006) atingiu o volume, nada modesto, de R\$ 279,1 milhões! Cifra que desbota ante os números da campanha eleitoral de 2010. A previsão de gastos de Dilma foi de nada mais nada menos que R\$ 157 milhões. A de Serra foi de impressionantes R\$ 180 milhões! E a de Marina uma soma nada desprezível de R\$ 90 milhões. No total, a soma destas três candidaturas apenas atinge o impensável patamar de R\$ 427 milhões!

Ante tais fatos, não pode haver dúvida entre os trabalhadores conscientes: sem gastos extraordinários de recursos, sem se despejar rios e rios de dinheiro nas campanhas não existe eleição. As centenas de milhões são a garantia da interferência do poder econômico na definição dos nomes que ascenderão à direção do estado; são, portanto, a viga mestra da democracia burguesa. Sem ele toda a engrenagem do sufrágio se desmantela.

Reformismo psolista: desempenho pífilo e derrota estratégica

O PSOL, que lançou o candidato Plínio de Arruda Sampaio depois de uma crise interna e do fracasso da Frente de Esquerda, saiu das eleições presidenciais com uma votação pífilo: 886 mil votos ou 0,87% dos votos válidos. Comparada ao desempenho das últimas eleições, em 2006, onde a caudilha Heloisa Helena arrancou 6,5 milhões, vê-se que o recuo eleitoral foi acentuado. Além disso, o PSOL não viu serem eleitas duas de suas principais figuras: a própria Heloisa Helena e Luciana Genro no Rio Grande do Sul. A primeira rejeitou a decisão do partido de lançá-la candidata à presidente em troca de seguir carreira parlamentar e perdeu a disputa ao Senado, em Alagoas, para o arquivado e oligarca Renan Calheiros. A Segunda, que anunciava, aos quatro ventos, não haver problema algum em receber dinheiro de empresários e inclusive apoiar o candidato do governo ao senado Paulo Paim/PT, fracassou em seu intento de reeleger-se à Câmara Federal. Ivan Valente, por pouco, escapou da perda do mandato em SP. Apenas no Rio, Chico Alencar escapou do vexame e foi reeleito com certa densidade eleitoral, a ponto de ajudar a emplacar o ex-big-brother Jean Willys. O PSOL manteve, dessa forma, o mesmo número de deputados federais, três, ampliando apenas do Senado onde passou de 1 Senador (José Nery) para 2 (Randolfe, no Amapá, em uma obscura aliança com o PTB de Roberto Jefferson; e Ma-

rino Brito, no Pará). O PSOL sai destas eleições mais eleitoreiro e reformista do que nunca. A derrota eleitoral de sua ala direita (Heloisa Helena, Luciana Genro) anuncia a proximidade de crises no horizonte. Ao não eleger seus principais nomes e fracassar em outros estados, por não perfazer o coeficiente eleitoral, o PSOL será empurrado a alianças cada vez mais abertas com os inimigos dos trabalhadores. Não há outra fórmula para o crescimento eleitoral do oportunismo.

O fracasso eleitoreiro dos ex-integrantes da Frente de Esquerda PSTU e PCB

O PSTU e o PCB, ex-integrantes da falida Frente de Esquerda e ex-aliados do PSOL, intervieram nas eleições com um programa rebaixado, sindicalista e reformista, onde se procurava esconder o eleitoralismo latente. Os votos recolhidos por Zé Maria, ainda que insignificantes 84,6 mil (bem inferior aos mais de 450 mil votos, recolhidos em 2002, quando, no segundo turno, chamaram o voto no traidor Lula) não foram dados a um programa socialista e revolucionário. A intervenção eleitoral do PSTU, bem como a do PCB, e inclusive a de Rui Costa Pimenta (PCO), ajudaram a semear ilusões eleitorais nos explorados ao apresentarem-se como possíveis gestores do estado. O eixo de sua intervenção: a propaganda da possibilidade de solucionar as tarefas do capitalismo atrasado (saúde, educação, desemprego, distribuição de terra) com base num programa radical que incluísse o não pagamento da dívida externa etc. evidenciava a sua estratégia de um governo intermediário entre o da burguesia e a ditadura do proletariado. Tal estratégia, o governo dos trabalhadores, saído das urnas e cumpridor de toda uma suposta etapa preparatória para a tomada do poder se justificaria com o argumento de que os trabalhadores não estariam maduros para a derrubada do capitalismo. Com esse eixo de intervenção eleitoral, as palavras 'socialismo' e até mesmo 'revolução', que figuraram em alguns raros programas de rádio e TV, não poderiam deixar de ter um caráter caricato, mera peça de retórica ou verniz esquerdizante para engabelar os incautos. O PCB apresentou-se com a cantilena de poder popular, cujo caráter de classe é burguês. A pretensão de controle popular do Estado por meio de eleições é reacionária. O exemplo mais visível esteve na intervenção eleitoral do PSTU, que posou de principista; defendendo a candidatura própria sob o pretexto de divergências programáticas com o PSOL, 'denunciando' este em vários estados (Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Amapá) por sua aliança com o governo ou partidos burgueses, para depois cantar louvores a estes mesmos neo-reformistas quando, em alguns estados, os psolistas consentiram em tê-los como aliados (Sergipe, Rio de Janeiro).

Circo eleitoral tem o repúdio de parte dos trabalhadores

Do número total de eleitores anunciado pelo TSE (135,8 milhões) pelo menos 24,7 milhões deixaram de comparecer às urnas; um percentual de 18,12%. Dentre os 111,1 milhões que compareceram às seções eleitorais (um percentual de 81,88%) ao menos 3,4 milhões votaram branco e 6,1 milhões anularam o voto (3,13% e 5,51% respectivamente). O total de votos válidos foi reduzido, assim, para 101,5 milhões. Tais números indicaram um crescimento do abstencionismo, o maior, reconhecido pela própria imprensa burguesa, desde 1998.

Em 2006, o universo de eleitores foi de 125,8 milhões. O comparecimento atingiu 104,7 milhões (83,2% dos eleitores) e as abstenções, em números absolutos, totalizaram 21,0 milhões. (16,7% dos eleitores). Neste mesmo ano, os votos brancos somaram 2,8 milhões (2,7%) e os nulos 5,9 milhões (5,6%). Esses números indicam que de 2006 a 2010 houve uma elevação dos votos nulos (de 5,5% para 5,6%); dos votos brancos (2,8% para 3,13%) e das abstenções (de 16,7% para 18,12%). As massas acompanham, apáticas, a disputa interburguesa e suportam toda a propaganda sobre a necessidade de se chafurdar no circo eleitoral. O quadro eleitoral, marcado pelo mar de lama, fracasso da lei da ficha limpa, ausência de debate e elevada demagogia, permitiu que houvesse certa variação nas ilusões eleitorais.

O total destes votos - abstenções, nulos e brancos - alcançando a significativa cifra de 34,2 milhões (superior ao número de votos obtidos pelo segundo colocado na corrida presidencial - José Serra), certamente indicam um repúdio de uma parcela das massas às eleições, principalmente ao verem que nada muda em suas vidas e que se estende indefinidamente seu sofrimento cotidiano. Tal repúdio, porém, não pode ser identificado como uma tendência à superação das ilusões democráticas, que, para ocorrerem dependem, precisamente, do fortalecimento dos métodos da ação direta de massas e da presença do partido revolucionário trotskista firmemente enraizado no proletariado.

Construir o Partido Operário Revolucionário

Neste segundo turno, a disputa entre as frações burguesas será mil vezes mais acirrada. A oposição peesedebista e os governistas/lulistas disputarão palmo a palmo, e com toda violência possível, a influência sobre a juventude, o proletariado, os camponeses e a pequena burguesia. Os explorados serão arrastados por detrás dos partidos burgueses. Milhões serão despejados por todos os lugares. As igrejas serão chamadas a convocar o apoio dos fiéis, as oligarquias estaduais a alinharem-se com as coligações que lhe renderem melhores dividendos políticos. Os partidos da fracassada Frente de Esquerda (PSOL, PSTU, PCB), que durante toda sua campanha foram incapazes de empunhar a denúncia revolucionária do circo eleitoral montado pelo grande capital, e acabaram rendendo-se à caça aos votos, se prostrarão. Vença quem vencer a corrida presidencial, a coligação abertamente privatista e pró-imperialista do PSDB/DEM ou a governista encabeçada pelo PT/PMDB igualmente pró-imperialista e menos abertamente privatista, o próximo governo burguês montado atacará a vida das massas. Terá de impor reformas e ajustes fiscais rigorosos para pôr em ordem o orçamento e retirar direitos sociais. Os explorados terão de se enfrentar com o governo para defender suas condições de vida. A classe operária, para tanto, precisa forjar seu partido revolucionário sem o qual as frações burguesas poderão alinhar-se e realinhar-se sempre no interesse de atacar as conquistas dos trabalhadores para preservar seus lucros. A vanguarda militante no Brasil precisa fazer a experiência com a disputa eleitoral e empreender a crítica do centrismo e do reformismo; superar as ilusões nas organizações pequeno-burguesas e levantar alto a bandeira da construção de um partido revolucionário internacionalista.

Balanço das eleições - posição das esquerdas

Para o PSTU, “um balanço positivo”

O jornal Opinião Socialista 412, no artigo “Uma campanha operária que remou contra a maré”, concentra sua avaliação nos seguintes pontos: 1. Uma campanha baseada em poucos recursos, assentada no princípio de financiamento independente; 2. Veto da grande mídia.

O primeiro ponto não mereceu explicações do redator, mas é fundamental. Por exemplo, quanto o PSTU arrecadou de contribuição dos operários, camponeses e demais explorados. O princípio de auto-sustentação do partido é parte dos fundamentos do marxismo. A materialização desse princípio está em que os explorados devem contribuir materialmente com o partido revolucionário. Não basta anunciar o princípio. É preciso demonstrar qual foi a campanha do PSTU para que os oprimidos o apoiassem.

A reivindicação de financiamento público de campanha é uma bandeira da democracia burguesa. A defesa de que os explorados apoiem materialmente seu partido em luta contra a classe capitalista corresponde ao programa da revolução proletária. Essa posição não é particular a momentos eleitorais. Pelo contrário, nas eleições deve ser auxiliar à luta revolucionária. O partido de Lênin é exemplar. O bolchevismo arrecadava suas finanças nas portas das fábricas. O apoio material indicava a penetração do partido leninista no seio do proletariado. Não se pode ser consequente sobre o autofinanciamento sem estar de posse desse método. Portanto, faltou no balanço do PSTU essa demonstração.

Quanto ao veto da mídia, sem dúvida é real. Mas o que esperar das regras eleitorais, da justiça e dos meios de comunicação que servem à classe capitalista? Atribuir a esses instrumentos a causa fundamental da baixíssima votação recebida é fugir do problema, é obscurecer a raiz de classe do balanço. Ocorre que o PSTU não tem penetração no proletariado, a única força capaz de combater a dinheirama despejada nas candidaturas burguesas, confrontar o poder da rede Globo de comunicação e seus congêneres e elevar seu partido rejeitando a política dos exploradores.

Há que considerar também as forças materiais da burguesia que movimentaram as massas nas eleições. A retomada econômica depois da queda vertiginosa em fins de 2008 e início de 2009 influenciaram os explorados, que atenderam ao chamado de Lula para apoiarem sua candidata. A propaganda de que o Brasil melhorou não se deu sobre o vácuo. Dilma contou a seu favor com o Bolsa-Família, a taxa de emprego em alta nas capitais (mesmo que piorado) e com o endividamento da população.

O candidato da burguesia era e é no segundo turno Serra, que também contou com rios de dinheiro. Mas era Lula e Dilma que detinham o controle social da maioria. Serra precisou que a imprensa criasse Marina, contra a candidatura petista. E Marina aglutinou milhões de votos das Igrejas, inclusive da católica. A religião se torna força material na política por suas instituições espalhadas entre a população, por constituir um milionário orçamento e por estar entrelaçada com os poderes do Estado. As massas estiveram submetidas a essas pressões e

se movimentaram nas eleições de acordo com elas.

Ao não admitir que o PSTU não tem penetração na classe operária e por isso não pôde expressá-la, o jornal Opinião Socialista descamba para o subjetivismo no seu acanhado balanço.

Diego Cruz, da redação, quer convencer os leitores e principalmente a militância do PSTU que foi o “perfil da campanha” que “reforçou o veto da mídia” ao PSTU. O “veto” não ocorreu apenas em relação ao PSTU, atingiu o PCO e PCB. O PSOL se socorreu com um mandado judicial, alegando preencher as condições da legislação eleitoral. Os únicos que não sofreram nenhum veto foram Dilma, Serra e Marina.

É preciso ser honesto na análise. Não se pode omitir ou amputar os fatos. A imprensa sempre vai selecionar quem deve disputar verdadeiramente as eleições, por vontade própria ou por força da luta interburguesa.

Assistimos uma imprensa empenhada na vitória de Serra. Por quê? Porque era o melhor candidato para exercer um governo sob a crise econômica e política que está se apresentando no horizonte. De que adianta o PSTU se jogar confete de que foi “o único a bater de frente com o governo Lula, denunciando seu caráter neoliberal, um momento em que até mesmo os candidatos de esquerda se mostravam intimidados.”? Não houve essa diferença. E mesmo que houvesse, não seria ela a razão da imprensa vetar o PSTU.

O Opinião Socialista não faz nenhuma consideração sobre as demais candidaturas de esquerda. Antes mesmo das candidaturas de esquerda abrirem a boca já estavam vetadas. A mais aperfeiçoada democracia burguesa é aquela que marginaliza ou exclui as esquerdas que se reivindicam do socialismo, ainda que apenas em retórica radical.

O PSTU não explica que seu candidato Zé Maria obteve 450 mil votos em 2002 e agora 85.500. A que se deveu a queda? Merece uma explicação, se se quer fazer um balanço sério. Indicamos anteriormente os fatores essenciais, acrescentamos apenas a seguinte observação: os eleitores do PSTU são movimentados pelas circunstâncias e não por estarem convencidos de seu programa. Chama a atenção que o PSTU lidere uma divisão na CUT, constitua uma nova central sindical e não tenha expressão política nas eleições.

Balanço do PCO – “a fraude da vontade popular”

Não tivemos acesso ao balanço propriamente dito do PCO. Limitamo-nos ao Suplemento do jornal Causa Operária, nº 70. Trata-se de uma declaração pelo voto nulo no segundo turno. Sem dúvida, expressa a essência de um balanço. Eis os principais aspectos: 1. “As eleições foram uma manifestação aberta de manipulação e fraude da vontade popular”; 2. O candidato Serra direitista foi para o segundo turno obtendo menos de 25% dos votos da população graças à manipulação da vontade popular; 3. “A classe operária, os movimentos sindicais e estudantis não tiveram voz na eleição porque foram cerceados de todos os modos”. Como se vê, os aspectos 2 e 3 decorrem do primeiro.

A essência do balanço está resumida no parágrafo: “As eleições no marco do regime capitalista e do Estado burguês nunca são democráticas. No entanto, não é disso que se trata nesse

caso, mas da grotesca manipulação para contrariar a vontade popular com meios antidemocráticos e inconstitucionais. Não se trata, também, apenas dos direitos dos partidos que concorrem, brutalmente violados, mas dos direitos democráticos de toda população.”

Que vontade popular foi violentada? A de eleger Dilma no primeiro turno e de levar Serra para o segundo, graças aos votos da candidatura artificial de Marina. A afirmação, no entanto, careceu de explicação. Não basta dizer que toda “a burguesia está preparando apenas mais um estelionato eleitoral, mas um verdadeiro golpe de estado contra a população”, sob o auspício do FMI que exige um plano de austeridade. A confusão de raciocínio entre a manipulação da imprensa para levar Serra ao 2º turno e o plano conspirativo do FMI contra as massas é prejudicial para a compreensão.

Há um erro de conceituação abstrata em torno da suposição de uma “a vontade popular”. Qual era “a vontade popular”? Eleger Dilma para se livrar do FMI encarnado por Serra? Que “vontade popular” foi contrariada? A de votar nos candidatos de esquerda? Ou de que todos os partidos tivessem os mesmos direitos eleitorais? Parece que a Declaração vai responder: “Ilude-se quem pensa que o principal alvo do golpe seja o PT, Lula e Dilma Rousseff. O alvo principal é, como sempre, o bolso do trabalhador brasileiro”.

O redator aumenta ainda mais a confusão. Afirma que “a direita e seus aliados nos meios de comunicação e outros levaram Serra, o PSDB e FHC ao segundo turno por meio da maior e mais grotesca manipulação das eleições”, e, ao mesmo tempo, que o golpe não foi contra Dilma, mas contra o bolso do trabalhador brasileiro. Depois do tortuoso e torturante jogo retórico, chega-se a uma tentativa de distinção entre golpe formal contra o PT e golpe real contra a “maioria do povo”. Eis: “O golpe em marcha, no entanto, formalmente dirigido contra o PT na eleição, não visa fundamentalmente o PT cuja direção é um serviçal, um laçao da burguesia, e sim a maioria do povo.”

Quanto palavreado! Não se expressou nenhuma vontade popular nas eleições para que fosse violentada. As massas estiveram à mercê, o tempo todo, da disputa interburguesa. A candidatura de Dilma foi tão construída quanto a de Serra à base das instituições, do poder econômico e da mentira. Serra se destacou como candidato da burguesia, sob a condução de sua fração paulista, e os meios de comunicação foram postos a serviço do PSDB/DEM. As manobras eleitorais golpistas da aliança serrista se deram como parte da disputa interburguesa.

A frase da Declaração “O povo não votou mal, foi violentado por esta monstruosa máquina” indica bem a ausência de norte do PCO. Não existe o votar bem ou votar mal, o que existe é a necessidade de saber em que medida as massas foram arrastadas pelas frações da classe capitalista em disputa. O baixíssimo número de votos nos candidatos de esquerda não se deveu apenas à sua exclusão dos meios de divulgação da burguesia, mas sobretudo porque as massas estiveram encabrestadas pela política do PT e do governo Lula e porque nenhum dos partidos de esquerda tem raízes no proletariado. Esse ponto central é desconhecido da Declaração do PCO.

PSOL, exitismo barato

Em uma nota, o PSOL jubila de ter levantado “a bandeira

do Socialismo nas eleições” e por conseguir alguns parlamentares. Ressoa a avaliação do candidato Plínio Arruda Sampaio: “Apesar de não termos uma votação expressiva, a campanha foi um sucesso total, pois conseguiu proclamar o socialismo para todos e de maneira irrestrita”.

Observa-se que o PSOL não fez um balanço concreto. Nas eleições de 2006, encabeçando a Frente de Esquerda, com a candidata Heloisa Helena, obteve 6,5 milhões de votos e agora pouco mais de 800 mil. Despencou do pedestal para o despenhadeiro. O seu socialismo não passa de alguns mandamentos social-democratas de justiça social, distribuição de renda e reforma agrária limitada.

Plínio se negou a participar de um debate convocado pelo jornal Brasil de Fato, com a presença do PSTU, PCO e PCB, para contestar o autoritarismo dos meios de comunicação, que os excluíram completamente. Plínio se deu bem com o púlpito das emissoras de TV, obtido por meios judiciais. A humilhante concessão não passou despercebida pela militância das esquerdas.

O PSOL e seu candidato não se solidarizaram com o PSTU e PCB, que com eles constituíram a Frente de Esquerda nas eleições passadas. Os “socialistas” se negaram, com esse gesto, a denunciar a ditadura dos meios de comunicação da burguesia e as regras eleitorais antidemocráticas.

Não há futuro a um partido socialdemocrata pequeno burguês para a democracia dos capitalistas. Essa é a essência do balanço referente ao PSOL.

PCB – votar contra Serra

Em nota política de 13/10, “o PCB orienta seus militantes e amigos ao voto contra Serra.” Não é de estranhar que o velho estalinismo, depois de se apresentar em oposição a Dilma e Serra, no segundo turno, se valha do argumento do mal menor.

Não há uma diferença abissal entre Dilma e Serra, como não houve entre Lula e FHC. A nota do PCB reconhece que “Dilma move-se numa trajetória conservadora, muito mais preocupada em conciliar com o atraso e consolidar seus apoios no campo burguês do que em promover qualquer alteração de rumo favorável às demandas dos trabalhadores e dos movimentos populares.” Na mesma linha, diz que Lula não reverteu as privatizações do PSDB/DEM, mas em contrapartida evitou a privatização da Petrobrás e não entregou o pré-sal. Dá a entender que Dilma seguirá essa trilha.

Notamos que o nacionalismo burguês do PCB se contenta com pouco. Não é preciso nenhum “socialismo do século XXI” chavista no Brasil para levá-lo a defender o voto no candidato burguês.

A Petrobrás já é privada. O Estado é apenas acionista majoritário. Trata-se de um modelo de parceria. Quando ao pré-sal, a mudança do critério de concessão para o de partilha segue esse modelo. E não se pode obscurecer o fato de Lula ter feito leilões de entrega de parte do pré-sal para o capital imperialista. No fundo, os negócios do capital multinacional estão preservados, com maior ou menor controle do Estado nacional.

Repetimos – o PCB se apega a qualquer migalha que se aparenta com o nacionalismo burguês. A matriz estalinista de suas concepções está bem viva, apesar das crises e cisões que o devastaram.

Nota-se o perigo que é constituir uma frente de esquerda com o PCB para as eleições, como ocorreu em 2006. O estali-

nismo tem dependência visceral com o nacionalismo burguês. A raiz é tão profunda que basta um fio de cabelo da Dilma estatista – não importando o restante da cabeleira – para o PCB encontrar motivação para apoiá-la na disputa interburguesa.

Socialismo nas eleições

Do PSOL ao PCO, as quatro candidaturas de esquerda fizeram propaganda pelo socialismo. A disputa era para ver quem era o mais abstrato dos socialistas e quem melhor o deformava. Não fizeram senão criar confusão.

Suas campanhas não ficaram diluídas apenas por não terem tempo nos meios de comunicação da burguesia. Os materiais próprios – panfletos e jornais – convocavam os explorados a votar na estratégia de um governo dos trabalhadores (PSTU e PCO), com algumas variações, do poder popular (PCB). PCO, nos seus materiais, fez propaganda sob a bandeira “Salário, Trabalho e Terra” – “Revolução, Governo Operário e Socialismo”. Outras vezes pelo governo dos trabalhadores. Não obstante, não fez a defesa da revolução e ditadura proletárias.

O pouco tempo nos meios de comunicação era precioso. Não servia para convencer eleitoralmente parcela das massas, mas podia servir de tribuna para rechaçar a via eleitoral e defender a estratégia da revolução proletária e da ditadura de classe da maioria. Mas não, o máximo a que se chegou foi declarar-se pela revolução popular, pela transformação da sociedade e pelo socialismo.

Não é pela quantidade de votos que se mede a atuação do partido marxista, mas pela defesa do programa da revolução proletária e sua tática insurrecional.

Apoio de “esquerda” desde o 1º turno

Conferência Nacional do “O Trabalho” – Apoio a Dilma Rousseff

Em fins de agosto, os revisionistas da IV Internacional e mal auto-intitulados de trotskistas aprovaram a “Declaração aos trabalhadores e jovens da conferência nacional de O Trabalho, dirigido a defender a candidatura da coligação PT/PMDB etc. Considera que a um mês das eleições “o povo trabalhador” expressa “a vontade de derrotar desde o 1º turno os odiados privatistas do PSDB e DEM” e “a determinação concentrada – evitando a armadilha da dispersão (PV) e da divisão (PSOL, PSTU etc) – de ver finalmente um governo que atenda às suas mais sentidas reivindicações.”

O Trabalho coloca seu desejo no cérebro do “povo trabalhador”. Na realidade, as massas foram sendo arrastadas pela disputa interburguesa entre a candidata de Lula e o candidato Serra. Marina Silva foi um instrumento dessa disputa a favor de Serra. A cúpula da campanha do PT achava que Marina arrancaria votos tão-somente de Serra. A crítica de que o PSTU, PSOL etc eram divisionistas não passa de um capricho do O Trabalho, empenhado em defender Dilma como se com ela se constituísse um governo de esquerda identificado com a “soberania do Brasil” e com “medidas populares”.

A Declaração traz críticas que parecem mais com lamúrias de reformistas descontentes. Diz que milhares de petistas enviaram uma Carta a Dilma com propostas de jornada de 40 horas sem redução dos salários, etc, mas que a candidata declarou-se descomprometida. Quem politizado e de sã consciência

não vê que Dilma somente poderia contrair compromisso com setores do grande capital?

Mas a própria Declaração reconhece que Lula não garantiu a soberania e nem atendeu as reivindicações populares. Responsabilidade de quem? Resposta dos pretensos trotskistas: do aliado PMDB, PSB e PDT. Mas quem se subordinou a esses partidos da burguesia foi o caudilho Lula e o PT. E por quê? Porque se trata de um governo burguês, que para administrar a máquina do Estado necessita do apoio de frações oligárquicas. Os ditos marxistas se esmeram em desconhecer e esconder o conteúdo de classe do governo petista.

A preocupação do O Trabalho vem do fato de a candidatura de Dilma depender da mesma aliança que se estreitou mais ainda com o cargo de vice ser ocupado por Michel Temer. Os lambertistas anunciam o perigo dessa aliança que “compromete o PT com interesses contraditórios aos dos trabalhadores”. É preciso uma cruzada de salvação do PT: “Nós afirmamos a defesa do PT como instrumento para a luta independente dos trabalhadores”.

Esse PT somente existe no delírio dos ditos representantes da IV Internacional no Brasil. Delírio que serve ao seguidismo, ao parasitismo e ao oportunismo. Faz muito que o PT passou a ser um instrumento da burguesia contra a independência política da classe operária.

O Trabalho indignado conclama: “Não damos nenhum apoio nem voto aos candidatos a governador do PMDB, PDT, PSB e PTB, adversários dos trabalhadores dos quais nada esperamos”. Não é com declaração que se livra da mancha burguesa. Ao defender o voto em Dilma, o Trabalho está objetivamente votando na detestada aliança. Ao defender que sindicatos e CUT levem os operários a votar em Dilma, o Trabalho está ajudando a formar um governo de conciliação de classe (Lula exerceu um governo de conciliação de classe).

A Declaração da “seção brasileira da 4ª Internacional” descamba para a mais grosseira ilusão democrática: “O governo de Dilma uma vez eleito terá a força e a legitimidade para dar a palavra ao povo convocando uma Assembléia Constituinte Soberana que realize as aspirações nacionais”. O mesmo foi dito em relação ao caudilho Lula. Dilma, uma vez eleita, servirá ao grande capital. O Trabalho se degenerou em uma corrente pequeno-burguesa oportunista.

PCML – “A falta de pudor (...)”

O Jornal Inverta, porta voz da corrente castrista PCML (Br), em seu artigo “A falta de pudor dos reformistas e revisionistas no processo eleitoral”, tem uma curiosa explicação para defender o voto em Dilma Rousseff. Parte da premissa de que não se deve privilegiar a participação nas eleições “antes da construção de uma sólida organização”, caso contrário estaria “construindo mais um partido viciado, aberto aos diversos oportunismos (...)” Como o PCML ainda não atingiu esse estágio, não procurou a legalização e o lançamento de candidaturas próprias. Assim, estaria justificado “ter uma posição altiva de indicação de voto na candidatura Dilma Rousseff”.

Mais do que isso: o PCML busca “construir uma relação com os candidatos, de diferentes partidos, que a partir de um histórico de luta concordam em apoiar nossa plataforma de luta (...) Não sabemos quem são os partidos e os candidatos com histórico de luta que os castro-estalinistas apoiaram. Mas

boa coisa não deve ser, a julgar pelo oportunismo da explicação sobre a altivez do voto em Dilma.

O ataque ao PCdoB, que, como o PCML, está com Dilma, serve de máscara ao castrismo que corre atrás de um suposto progressismo da candidatura Dilma. Ataca também o PCB pelo fato de ter negociado um acordo com o PSOL em torno do número de inserção nos meios de comunicação e que finalmente não deu certo. Qual é o objetivo? O de justificar o voto em Dilma.

E diante do PSTU e PCO, o que diz o Inverta? “Quanto aos trotskistas, que há tempo apresentam suas candidaturas próprias, não gastaremos tempo em criticá-los.” O redator despreza o que o PCML considera que seja o trotskismo. Por que tanto desdém? Porque o PCML apóia Dilma em nome de uma posição defensiva contra o imperialismo. A candidata que se submete ao grande capital e às pressões obscurantistas das Igrejas é pintada em cores vivas como instrumento para os castristas ganharem tempo na tarefa de preparação da guerra anti-imperialista.

Os foquistas do PCML, enquanto não encontram condições para pôr em ação a sua concepção pequeno-burguesa de revolução popular, ficam dependurados na política burguesa, que consideram como progressista.

Segundo turno – segunda capitulação de Dilma

As eleições tiveram três momentos: 1. A projeção eleitoral, inicial, favorável ao candidato Serra, diante de uma candidata desconhecida e obscura escolhida por Lula; 2. A ascensão de Dilma com a crescente e ostensiva intervenção do caudilho Lula na campanha, ao ponto da petista se consagrar no primeiro turno; 3. Virada com a ascensão vertiginosa da candidata Marina Silva, que derrubou Dilma e levou Serra para o segundo turno.

Para que esse processo ocorresse, foram decisivas as inter-

O reformismo petista e as eleições no nordeste

A região nordeste possui 24.191.096 (vinte e quatro milhões, cento e noventa e um mil e noventa e seis) eleitores. Deste 11.831.793 (onze milhões, oitocentos e trinta e um mil, setecentos e noventa e três) se abstiveram, votaram em branco e anularam seus votos, ou seja, quase 50% não deram a mínima para a democracia burguesa. Nove estados formam a região. É uma região caracterizada por um profundo atraso econômico, consequência da lei do desenvolvimento desigual e combinado (lei econômica que rege o sistema capitalista). Apresenta índices altíssimos de desemprego, fome, violência, miséria, etc. O baixíssimo nível de industrialização e uma alta concentração latifundiária geram milhões de miseráveis que não têm sequer um real por dia para sobreviver. Foi nesse cenário econômico-social que Lula/PT ampliou e aprofundou a política de assistencialismo. A bolsa-família foi o carro-chefe dessa política. Milhões de famintos passaram a receber de 70 a 200 reais por mês e hoje agradecem e endeusam o caudilho petista por ter tirado-lhes da “miséria”.

Foi com base nesta política que o PT conseguiu no Nordeste montar uma aliança com partidos tradicionais das oligarquias locais (PMDB de Sarney, Roseane e Renan Calheiros, PSB de Vilma e Cid Gomes, etc.), que antes eram aliados do DEM e PSDB, deixando estes quase que isolados. O resultado das eleições no nordeste expressa esse quadro exposto.

Dos 18 senadores do nordeste a base aliada do PT Lula ele-

venções dos meios de comunicação que expressaram apoio a Serra e construíram a candidatura de Marina, e a intervenção das Igrejas que se somaram ao poder dos meios de comunicação para deslocar milhões de votos de Dilma para Marina sob a bandeira de defesa da palavra de Deus, da rejeição à descriminalização do aborto e ao direito dos homossexuais se casarem. Acrescenta-se que os escândalos de corrupção na Casa Civil foram amplificados e politizados pela imprensa.

No segundo turno, os estragos das denúncias compõem estabilizados. Mas não o movimento abortivo da candidatura de Dilma por bispos, padres, pastores, Opus Dei etc. A diferença de 6% a favor de Dilma estremeceu os petistas, alimentou a cisão na base aliada da petista, com os rachas no PMDB e possível rompimento do PR de Garotinho, e entusiasmou os serristas. Há vozes que cantam a possibilidade de vitória do tucano.

A cúpula petista, Dilma e Lula correram a conter a sangria, indo ao encontro das exigências das Igrejas. Dilma, ainda no primeiro turno, procurou estancar a hemorragia com a Carta ao Povo de Deus. Configurou-se a primeira capitulação. E a segunda se dá no segundo turno com a reunião de 13 de outubro com representantes de 51 representantes de igrejas evangélicas com a promessa de não patrocinar a descriminalização do aborto e não tomar iniciativa de liberação do direito dos homossexuais constituírem família reconhecida por lei.

As massas exploradas são arrastadas de um lado para o outro. Na disputa interburguesa se manifestam as forças que sustentam o capitalismo apodrecido. As igrejas compõem como um dos poderes de alienação da consciência dos oprimidos. Os reformistas do PT, que pregam o fim das opressões, fazem apologia dos direitos civis e advogam solução por meio da democracia burguesa caíram de joelhos perante o medievalismo clerical e o obscurantismo da sociedade capitalista decadente.

geu 16. Um ficou com o DEM no RN e outro com o PSDB em Alagoas. Dos 9 (nove) governadores 07 (sete) pertencem a base aliada do PT, 01 ficou com o DEM do RN e o de Alagoas a ser definido no segundo turno. Um fato interessante é que todos evitaram fazer críticas ao governo federal durante a campanha, ao mesmo tempo em que omitiam ser aliado do candidato Serra/PSDB. Figuras tradicionais (como Tasso Jereissati-PSDB/CE, Mão Santa- PSDB-PI, Heráclito Forte- DEM/PI, Aleluia-DEM/Ba) na política nordestina foram derrotadas nas urnas.

Como se vê, o PT não derrotou as oligarquias no Nordeste, mas ao contrário teve que aliar-se a elas para governar o Estado capitalista. Foi preciso iludir as massas desempregadas e famintas com o assistencialismo, e do outro lado manteve o atraso econômico e a mesma estrutura latifundiária que só aprofunda a fome, a miséria e o desemprego das massas nordestinas.

O reformismo petista mostrou-se incapaz de derrotar as oligarquias, fazer a reforma agrária e desenvolver o Nordeste. Só através da revolução e da ditadura proletária é que iremos corrigir as distorções regionais. Enquanto o capitalismo não for destruído nem o Nordeste nem o mundo resolverão o problema da fome, miséria e do desemprego que assolam humanidade.

É preciso construir o partido programa, que será a ferramenta histórica que as massas oprimidas e exploradas irão usar para destruir e sepultar a burguesia e o capitalismo putrefato.

Fracasso do PT e a vitória do DEM

As eleições no RN foram marcadas pela ascensão da candidata Rosalba Ciarline do DEM ao governo do Estado, após este partido ficar 16 anos fora do controle efetivo da máquina. Efetivo porque, apesar de não estar na direção do governo, sempre foi da base de sustentação do governo de Garibaldi PMDB e Vilma PSB. Essa vitória finaliza o ciclo de ascensão do DEM iniciado com a chegada da candidata do PV, Mícarla de Souza, à prefeitura da capital em 2008. Para Mícarla, o PV não passa de uma legenda de aluguel, ela é cria política do Sr. José Agripino Maia.

O PT esteve durante os oito anos do governo de Vilma de Faria (PSB) como seu aliado, compactuando com projetos que atacavam os trabalhadores e coniventes com escândalos envolvendo a governadora e seus familiares. Nas disputas estaduais, nunca conseguiu ser o diferencial entre as oligarquias Alves e Maia.

Após 08 anos da oligarquia Alves (Garibaldi), o PT faz aliança com Vilma/PSB (vinda da oligarquia Maia) afirmando ser esta uma aliança progressista. Ficou sempre à sombra de Vilma, segurou os movimentos sociais, desde os sindicatos ao MST. Foi incapaz de indicar um candidato para concorrer nestas eleições. Nem sequer o candidato de preferência para a coligação, indicado por grande parte da “militância”, foi aceito, que seria o Carlos Eduardo Alves (PDT). Vilma impôs como candidato Iberê (da antiga Arena) e, com a benção de Lula, o PT local teve de se curvar.

O resultado desse processo no estado, já decidido no primeiro turno, deu vitória ao DEM de José Agripino, desafeto de Lula. Não foi suficiente o pedido do presidente Lula/PT para votar em Iberê para governo e Vilma para o senado, ambos do PSB. Os mesmos que deram a vitória a Dilma/PT no estado, também votaram em Rosalba para governadora e José Agripino do DEM para o senado.

O DEM do RN derrotou os aliados do PT com o apoio do senador e candidato a reeleição o Sr. Garibaldi Filho, do PMDB, que pedia voto para Dilma e no RN fez dobradinha com a turma do DEM. Essa atitude oportunista do Sr. Garibaldi e a recusa do PT em denunciá-lo mostram somente o quanto esse partido está integrado à podridão eleitoral da democracia burguesa. Vale de tudo para ter voto, até mesmo fechar os olhos para a safadeza do senador Garibaldi.

O PT no RN se mostrou um partido ávido e fominha, desde o seu surgimento foi dirigido por uma corja de carreiristas que sempre buscou se dar bem. Primeiro no aparato dos sindicatos e depois na máquina do estado, para isso teve de assumir o papel de serviçal dos “progressistas” Vilma, Iberê e Garibaldi, todos filhotes de oligarquias e opressores dos trabalhadores. Deixou de construir sua própria história como em outros estados do Nordeste, não soube aproveitar o momento e demarcar seu espaço. Fátima e Mineiro, de sindicalistas transformaram-se em fiéis escudeiros dos governos opressores de plantão. De fato, os dois representam o carreirismo individual e a covardia do PT local, ambos nunca se confrontaram abertamente com o filhote da ditadura militar, o Sr. José Agripino do DEM, para não comprometer suas candidaturas.

As eleições burguesas no estado revelaram também que grande parte da população não deu importância ao processo eleitoral, mesmo com todo chamado da justiça burguesa para referendá-lo. A candidata do DEM obteve 813.813 votos, os votos nulos, brancos e as abstenções somaram 693.874, ou seja, um percentual altíssimo mesmo comparado ao montante de votos que elegeram a governadora.

Como atuou o PSTU com a impugnação das suas candidaturas?

O PSTU no estado teve suas candidaturas impugnadas por não entregar em

tempo hábil a documentação. Mesmo podendo atuar na campanha se limitaram a fazer abaixo-assinado para entregar ao TER, esperando que a justiça fosse atender seu pedido.

A campanha desenvolvida pelo partido não foi diferente de anos anteriores. Sempre apostando na tática eleitoral, se jogou de corpo e alma na caça aos votos. Em problemas cruciais, como meio ambiente, turismo e agricultura, Simone Dutra divagou e mais parecia um candidato reformista que sabe os problemas do capitalismo, mas no entanto, não saiu de sua boca a necessidade da insurreição social para destruir o capitalismo. É assim que eles dizem defender a revolução? Escondendo a própria revolução para não assustar os trabalhadores e perder votos. As propostas de governo, elaboradas com os intelectuais da academia e técnicos expressavam a tentativa de apresentar propostas para administrar o capitalismo. A sua candidata ao governo do RN, mostrou-se fraca até na defesa das suas bandeiras. Foi candidatura que representava o momento de crise pelo qual passa partido no RN. Apenas chamava os trabalhadores a “colocar um socialista no poder”.

Como atuou o POR nestas eleições:

O POR já vem, há algum tempo, travando uma luta para elevar a consciência de classe dos trabalhadores. Explicando e desmitificando o processo eleitoral como parte da dominação da burguesia. As eleições nada mais são do que o campo de luta da classe dominante e que os explorados nada mais fazem que participar de uma farsa, pois o que determina o resultado das eleições é o poder econômico. É preciso lutar para manter independência de classe, ajudar os trabalhadores a romper com jugo da democracia burguesa. Sendo assim, aproveitamos e fizemos debates, discussões, panfletagem todos com o objetivo de desmascarar a farsa eleitoral burguesa.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

Rondônia

Nas eleições, o voto nulo programático

No início da campanha eleitoral, destacou-se a candidatura de Expedito Junior(PSDB), como cria do então governo Cassol. Mas Cassol se distancia de seu antigo afilhado e lança seu vice-governador para disputar com Expedito Junior. A partir daí, se comportam como “inimigos políticos”.

A não aprovação da candidatura de Expedito Júnior (ficha limpa) o faz perder a liderança das intenções de voto para os candidatos Cahulla(PPS) e Confúcio Moura(PMDB). Mesmo assim, no decorrer da campanha, se mostrava entusiasmado. Porém, não foi absolvido e seus votos não foram computados.

Os candidatos Confúcio e Cahulla ganharam força nos últimos dias da campanha. Os resultados indicaram o segundo turno.

Compareceram 846.351 eleitores, o que correspondem a 78,49%. Portanto, houve 21,51 de abstenções. Confúcio Moura, da coligação PMDB, PDT, PRTB, PCdoB e DEM, obteve 291.765 (43,99%) e João Cahulla, da coligação PPS, PP, PTB, PSL, PTN, PSDC, PHS, PMN, PV, PRP, conseguiu 246.350 (37,14%).

Os trabalhadores e a juventude oprimida, em grande parte, foram arrastados pela disputa interburguesa. A defesa do voto nulo programático foi a forma de intervenção do POR nas eleições. Esse voto nulo expressava e expressa a independência de classe dos explorados, a luta pelas reivindicações de emprego e salário e a necessidade de construção do partido revolucionário, que tem como estratégia a destruição do sistema capitalista e a implantação da sociedade socialista.

Eleições na Bahia

Partidos disputam como melhor gerenciar os negócios comuns da burguesia

Uma marca comum aos partidos burgueses que disputaram as eleições no País, e particularmente na Bahia, desde o PT ao PSDB e DEM (ex-PFL), passando pelos pequenos partidos das frações burguesas, é a sua firme disposição de chegar ao poder do Estado burguês respeitando as regras do jogo democrático, assumindo conscientemente o papel de gerenciadores dos negócios comuns da burguesia.

Não à toa, procuraram apresentar um conjunto de posições políticas que, em síntese, dão continuidade à política econômica do governo FHC e de Lula, de superávit fiscal, de corte de verbas do orçamento para os serviços públicos, de altas taxas de juros, de efetivação das reformas neoliberais, de ataque aos trabalhadores e aos movimentos sociais (do campo e das cidades), de apoio aos setores capitalistas em crise, de incentivos fiscais às empresas, bancos e ao agronegócio, enfim, de pagamento da dívida externa e interna, e de submissão ao capital financeiro internacional e ao imperialismo.

No caso da esquerda eleitoral (PSol, PSTU) a situação não foi melhor. O PSol, nacional e na Bahia, definitivamente mostrou que é a continuidade da política reformista do PT, com uma roupagem moralizante da máquina pública, preservando a estratégia petista de chegar ao poder por meios das eleições e da democracia burguesa, respeitando as regras eleitorais, subordinando-se aos critérios impostos pela justiça eleitoral e adaptando-se ao calendário de debates promovidos pelos monopólios de comunicação. O problema para o PSol é apenas como gerenciar a máquina burguesa, uma vez que admite que é possível realizar as transformações necessárias aos explorados apenas alocando os recursos do Estado, sem rupturas com a dominação de classe e sem a superação da propriedade privada dos meios de produção.

O PSTU, por seu turno, apresentou um programa rebaixado e uma perspectiva de socialismo abstrato, confundindo-o com um governo dos trabalhadores nascido do processo eleitoral e não de uma revolução social dos explorados, sob a direção da classe

operária. Alardeou contra a falta de democracia nos meios de comunicação, fazendo uma campanha para aparecer nos debates junto com os demais partidos da ordem, como se não soubesse que a democracia burguesa e as regras eleitorais conspiram contra a ativa participação de um partido revolucionário, sequer das pequenas agremiações abstratamente socialistas.

A atuação da esquerda eleitoral causou mais confusão nessas eleições que esclarecimento e diferenciação da política proletária em relação à política burguesa. Não utilizaram as eleições como os marxistas deveriam utilizá-las, ou seja, como tribuna política para a denúncia da dominação burguesa, do circo eleitoral montado pelos monopólios de comunicação, da profunda exploração dos trabalhadores, da crise do capitalismo e das suas consequências nefastas na vida das massas, da criminalização dos movimentos sociais e sindical pelo governo Lula, governadores e prefeitos em defesa do latifúndio e dos conglomerados capitalistas, defendendo a unidade organizativa dos explorados contra os capitalistas, o programa da revolução proletária, a ditadura do proletariado como produto da revolução e os métodos de luta da classe operária: greves, manifestações, ocupações de fábrica, assembléias etc. No final das contas, os partidos da esquerda eleitoral serviram para adornar a democracia burguesa e enfeitar o processo eleitoral.

Na Bahia, o candidato do PT, Jaques Wagner, saiu vitorioso com 63,83% (4.101.270) dos votos válidos contra Paulo Souto do DEM (ex-PFL) com 16,9%, Geddel Vieira Lima do PMDB com 15,56%, Bassuma (PV) com 3,95%, Marcos Mendes (PSol) com 0,49% e Sandro Santa Bárbara (PCB) com 0,08%. O candidato Prof. Carlos (PSTU) apareceu no resultado final com 0% de votos. Foram computados 6.425.105 de votos válidos, 692.025 de votos nulos, 2.057.633 de abstenções, 369.605 de brancos. O PT elegeu ainda o senador Walter Pinheiro e o PSB a candidata ao senado Lídice, respectivamente com 31% e 28,9% dos votos. O PT garantiu a maioria dos deputados estaduais com 20,15% dos votos válidos, seguido do PMDB (10,18%), PP (8,22%),

PDT (8,15%), DEM (7,43%), PCdoB (5,79%) e PSDB (3,96%).

Em síntese, o PT continuará governando a Bahia. O governo Jaques Wagner, apesar do discurso contra as antigas oligarquias locais, em particular contra a dominação da oligarquia do falecido Antonio Carlos Magalhães, tem colocado em prática uma política de incentivos fiscais para os capitalistas do Estado e ao grande capital internacional, em particular o agronegócio, que tem se expandido nos últimos anos. Manteve um controle rígido dos movimentos sociais e organizações sindicais, aplicou medidas contra os professores estaduais (como a certificação obrigatória para a concessão de migalhas salariais), fatiou os órgãos, secretarias e setores do governo com os

Greve dos bancários

O início da campanha salarial dos bancários foi marcado pela postergação do início da greve nacional da categoria. Esta hesitação do comando nacional dos bancários se deu porque a maioria das direções sindicais estava envolvida até a medula no “circo” eleitoral e aguardaram os resultados do 1º turno das eleições para iniciarem uma greve nacional. Deste modo, colocaram os interesses dos bancários em segundo plano e dirigiram os seus esforços para a caça de votos para seus candidatos.

Não bastasse esta hesitação inicial, as burocracias sindicais tentaram disseminar na categoria, durante todo o processo de greve, ilusões a respeito do governo Lula/PT. O Movimento Nacional de Oposição Bancária (MNOB), dirigido pelo PSTU, também compactuava com os setores da burocracia da CONTRAF que formulavam a necessidade de fazer “exigência” ao governo Lula/PT.

Ao contrário do que afirmava a CONTRAF e o MNOB, sempre dissemos que o movimento grevista não poderia ter nenhuma ilusão no governo e que tais ilusões somente serviam para desarmar a greve nacional dos bancários; e era preciso intensificar as mobilizações com a bandeira de unidade nacional grevista e pelo direito irrestrito de greve (abaixo os interditos proibitórios e as multas). Da mesma maneira, era necessário organizar os comitês de greve e um comando nacional de greve, eleito nas assembleias estaduais.

Colocamos em nossos materiais a necessidade também de fazer

Manifesto do POR distribuído em 07/10/10: Fortalecer a greve para derrotar os banqueiros

A Fenaban quer quebrar a greve pelo cansaço. Os banqueiros contam a seu favor com a grande imprensa, que diz que a greve está limitada a alguns bancos. Usam da lei anti-greve (interdito proibitório) para ameaçar os grevistas e abrir os bancos na marra. Dispõem de advogados para fazer valer a voz do patronato. E, de posse da lei anti-greve, acionam a polícia para arrancar as faixas que bloqueiam a entrada dos bancos e forçar o seu funcionamento. Não faltam os lambe-botas (chefetes) para telefonar para os grevistas, intimidando-os com as demissões.

A força dos bancários está na mobilização, nos piquetes, nas assembleias e no crescimento da greve. Contam a seu favor com a disposição de luta, com unidade nacional, com o método próprio dos trabalhadores (ação direta) e com a justiça das reivindicações.

Para dar mais força ao movimento, é preciso ganhar as ruas, em todo o país. As manifestações, passeatas e protestos são a materialização de nossa disposição de luta. Não dá para ficar enviando cartas à Fenaban e esperar que os banqueiros fiquem comovidos com a greve.

Os banqueiros lucraram como nunca e têm gordura suficiente

antigos aliados da oligarquia carlista, não atendeu às reivindicações dos movimentos sociais e servidores, mantendo uma política de promessas permanentes.

Os trabalhadores terão de se organizar para enfrentar a política do governo do Estado, da prefeitura de Salvador e dos prefeitos, da minoria capitalista, do agronegócio e do latifúndio. Somente por meio da organização e ação direta será possível impor suas reivindicações e avançar na luta de classes. A continuidade das ilusões democráticas no reformismo e no petismo constitui um estorvo em relação ao avanço da luta socialista, mas só poderá ser superada pela mobilização e luta permanente dos explorados. Não há outra saída.

um chamado a todas as Centrais sindicais, para que estas convocassem plenárias de base para apoiar a nossa luta e também que se juntassem a nós em uma grande manifestação que tomassem as ruas das cidades em todo o país.

Mesmo diante de todas essas adversidades, os bancários dos bancos públicos e privados se mostraram dispostos a defender seus postos de trabalho e lutar por melhorias nas suas condições de trabalho. Essa disposição ficou clara com o fechamento das 8.280 agências bancárias em todo o país. A lição que devemos tirar dessa nossa luta é a necessidade premente da construção de uma nova direção para a categoria.

Para dar um basta nesta política reformista devemos construir uma nova direção para a CONTRAF, apoiada nos métodos das decisões coletivas das assembleias gerais e na democracia sindical. Pois as vitórias dos banqueiros e das direções dos bancos (Caixa, BB, etc.), nos últimos anos, residiram na individualização da greve e na formação de um comando nacional de greve baseado em acordos burocráticos das direções dos sindicatos. **O sindicato é instrumento de luta, construído pelos trabalhadores e não pode ficar nas mãos dessa burocracia, que há muito tempo se instalou em sua direção. Por isso, devemos impulsionar a formação de uma fração de oposição dentro dos nossos sindicatos, para que possamos resgatar esses nossos instrumentos de luta das mãos da burocracia sindical, que vem levando a categoria a sucessivas perdas salariais.**

para quebrar o movimento. Nós temos pressa. Vivemos do salário e do emprego. Uma greve longa pode influenciar os lutadores. Para isso, só há um remédio: fortalecer a greve, ganhar as ruas diariamente e ocupar postos-chaves.

As lições das greves passadas devem servir para potencializar o movimento presente. Por isso, as assembleias devem continuar unitárias (bancos privados e públicos). Começamos juntos e caminharemos o tempo todo juntos. A divisão só favorece o patronato.

Há um aspecto fundamental para nossa unidade e para dar maior combatividade à greve. Trata-se de pôr em prática a democracia sindical. O que significa:

1. Nas assembleias, o direito de avaliar o movimento e fazer propostas deve ser assegurado a todo grevista;
2. No comando nacional, é preciso que o grevista de base tenha também sua representação. O que quer dizer, eleger representantes nas assembleias para compor o comando;
3. Nas negociações, é fundamental que a assembleia também indique a representação de base para compor junto com as direções sindicais a comissão de negociação.

Rondônia:

Conferência eleitoreira do Sintero

Nos dias 24, 25 e 26 de setembro, às vésperas das eleições do primeiro turno, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia (Sintero) realizou sua VI Conferência, que tinha como tema “Construção dos Planos de Educação na Perspectiva de uma Escola Pública de Qualidade para Todos/as”.

É sempre assim. As direções conciliadoras usam o sindicato como trampolim eleitoral e como instrumento que serve à disputa eleitoral interburguesa. Arma uma conferência com bandeiras reformistas e inofensivas aos governos e à classe capitalista. Portanto, oposta às necessidades dos trabalhadores e à educação pública.

Não por acaso, qual foi o ponto central da conferência?

O objetivo foi de reunir os trabalhadores da educação para que os candidatos de todos os naipes fizessem seus discursos de caça votos. No dia 25/09, a burocracia reservou um espaço para que os candidatos a governo do estado apresentassem suas propostas e assinassem um termo de compromisso perante os trabalhadores. O único candidato que não compareceu foi Cahulla, mas mandou o chefe da casa civil e a secretária de educação para pedir desculpas.

Os delegados presentes rechaçaram a presença dos politiquinhos corruptos, mas a burocracia vendida, que estava no comando da mesa, desconheceu o protesto e permitiu que discursassem. Aí está o papel de uma direção comprometida com os interesses da classe burguesa.

Que conclusões tirar?

1. Não houve uma ampla divulgação da Conferência. A diretoria expressou preferência pelos trabalhadores estaduais, que representa o maior contingente maior de filiados, deixando fora os municipais e federais. É antidemocrática a eleição de delegados, pois foi por meio de uma lista de presença de quem

assinou. A assembléia que firmou a delegação foi restrita aos trabalhadores da rede estadual. Não existiu o debate de posições e eleição de delegados proporcionalmente aos votos nas teses;

2. Os temas foram os de sempre: “Gestão Democrática da Escola Pública”, “Financiamento da Educação e Valorização Profissional dos Trabalhadores de Educação”, “A Construção dos Planos de Educação na Perspectiva de uma Escola Pública de Qualidade para Todos”. Os debatedores eram membros do MEC e do Conselho Nacional de Educação, o que significa dizer que os defensores da política educacional do PT.

4. Como o esperado, a conferência encerrou com os discursos para os professores candidatos do PT e PCdoB tanto da diretoria, quanto dos filiados. Puro eleitoralismo!

Atuação do Corrente Proletária

A burocracia, como não convocou amplamente a Conferência, impediu a participação de trabalhadores municipais, federais e de boa parte dos estaduais. Uma Conferência que não tem o objetivo de organização a luta contra os governos, não atraiu uma parcela dos trabalhadores. Com isso, a burocracia pôde dar o tom eleitoreiro e conciliador em toda a Conferência.

Os trabalhadores da educação têm de avaliar a conduta da direção burocrática e se colocar pela independência do sindicato frente aos governos e suas políticas destruidoras da educação gratuita.

A Corrente Proletária por ser embrionária não teve forças para convocar os professores para assembléia de eleição de delegados, para rejeitar o método antidemocrático de eleição de delegados e para atuar junto à parcela de professores descontentes coma burocracia eleitoreira e vendida.

Encontro Regional da APEOESP, subsele de Franco da Rocha

No dia 22/09/2010, ocorreu o Encontro Regional, com a participação de 129 pré delegados e a apresentação de 03 teses: OPOSIÇÃO ALTERNATIVA (PSTU/Conspiração Socialista); NA ESCOLA E NA LUTA (essa corrente na região contou com o apoio da Articulação Sindical) e CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO. O Encontro ocorreu em duas partes: no período da manhã foi discutida a trajetória da APEOESP, o balanço do sindicato e de sua direção ao longo do tempo. No período da tarde foi feita a apresentação das teses.

Na defesa da tese, a Corrente Proletária apontou a questão da crise internacional, as medidas que os Estados tomaram para salvar os bancos, as grandes

empresas, através de recursos públicos o que de certa forma aumentou o endividamento dos Estados e, como consequência, prepara uma crise futura de maiores proporções. No caso dos EUA, a política é de intervencionismo bélico, pois Obama segue com as guerras iniciadas por Bush.

Para a classe operária internacional, a crise acabou gerando maior arrocho salarial, aumento da miséria, destruição dos serviços públicos como saúde e educação, crescimento da violência, elevação da idade para aposentadoria, entre outras mazelas produzidas pelo capitalismo em sua fase imperialista, que é a fase de decomposição. No entanto, em alguns países como França e Grécia,

os trabalhadores se levantam contra as reformas implementadas pelos seus governos, porém esbarram com a política conciliadora das direções sindicais.

Na questão nacional, expôs o caráter do governo Lula, que é burguês. Segue, portanto, as medidas do governo FHC, e as orientações dos organismos imperialistas.

Em relação à educação, a Corrente Proletária fez a denúncia das políticas educacionais no governo Lula/Serra, que significaram grandes ataques para a categoria, como avaliação por mérito defendida por Fernando Haddad e implementada em São Paulo por José Serra. E o Prouni que serviu para financiar os tubarões da Educação. Concluiu que

a crise na educação é reflexo da crise do capitalismo, e que uma verdadeira mudança na educação virá com as transformações radicais no modo de produção. No capitalismo, a educação é desvinculada da realidade. Não há a unidade entre teoria e prática, processo necessário para que ocorra de fato o conhecimento. A defesa da educação vinculada à produção social é a resposta ao fracasso escolar e à crise da educação.

A seguir, levantou o ponto sindical. Disse que a cisão da CUT, com a fundação da Conlutas e Intersindical, não expressou o descontentamento geral da classe operária contra a burocracia traidora. Tratou-se de uma divisão aparelhista. O fracasso da unificação Conlutas e Intersindical é a constatação de que se trata de disputas aparelhistas. O PCdoB que também saiu da CUT e fundou sua Central (CTB) tinha e tem interesses pelos recursos

que vêm do Estado (imposto sindical). Enfatizou que as divisões não serviram para combater a burocracia cutista, organicamente ligada ao governo Lula. Encerrou dizendo que a defesa da constituição das frações revolucionárias dentro dos sindicatos é a tarefa urgente para derrotar a burocracia que usa os organismos dos trabalhadores para impor a política governamental/capitalista.

Após a defesa das teses, houve a votação. A regional tinha direito a 25 delegados.

A tese da Escola na Luta/Articulação obteve 20,15% dos votos, correspondendo a 05 delegados.

A Oposição Alternativa (PSTU/Conspiração Socialista) teve 63,56% dos votos, 17 delegados.

A Corrente Proletária conseguiu 15,50% dos votos, 4 delegados.

Congresso Estadual da Apeoesp para abolir a democracia sindical

A Articulação, corrente dirigente da APEOESP, pretende utilizar o Congresso Estadual que ocorrerá entre 1 a 3 de dezembro para modificar o estatuto do sindicato. Entre as medidas estão a ampliação da diretoria executiva (de 27 para 35), o aumento de tempo para eleição dos conselhos regionais (de um ano e meio para três), o fim da proporcionalidade direta, com a aplicação de uma proporcionalidade que reserve apenas os últimos cargos (menos relevantes) para as chapas minoritárias, a criação de novas secretarias, as assembleias em locais fechados e a punição às subseções que se orientem politicamente de forma distinta da linha majoritária.

Como se vê, esse conjunto de medidas objetiva, de um lado, ampliar a burocracia, que parasita o sindicato e é desvinculada do trabalho, da sala de aula, e, de outro, impedir que os setores opositoristas possam intervir e participar das

instâncias do sindicato. O controle das decisões e o distanciamento com a base, com os professores, demonstram o grau de podridão da direção da APEOESP. Porque teme perder a direção das subseções, aumenta o tempo de eleição para escolha dos conselheiros; porque teme as assembleias massivas, com mais de 30 mil professores, prevê assembleias pequenas e em locais fechados; porque pretende controlar as verbas e as decisões, pretende acabar com a proporcionalidade direta tal como existe e implantar um regime mais autoritário, em que controlará toda a Diretoria Executiva.

Não bastasse o governo, a direção também é autoritária e quer atacar a organização sindical. Precisamos denunciar essas medidas e impedir que mais golpe seja orquestrado pela Articulação. Os professores precisam defender seu sindicato e varrer com os burocratas que estatizam a entidade e destroem a sua democracia interna.

Congresso da UNESP/FATEC:

Seguidismo da LER-QI empurra à ruptura aventureira com a UNE

Nos dias 17, 18 e 19 de setembro ocorreu no campus da UNESP de Marília o XIX CEUF, Congresso de Estudantes da UNESP e FATEC, onde foram apresentadas teses direcionando discussões sobre a Conjuntura Nacional, reorganização do DCE, Diretório Central Estudantil, e sobre a ruptura com a UNE.

No sábado pela manhã, houve grupos de discussões, sobre opressão e a tarde mesa redonda sobre o tema: "Da universidade que temos a Universidade que queremos". Evidentemente, postulou-se este assunto partindo da ideia reformista da possibilidade de se estruturar uma "nova" universidade no interior da sociedade capitalista.

A corrente proletária se opôs à colocação do representante da LER-QI, de que a partir de mudanças na universidade se mudaria a sociedade, com uma "universidade a serviço da classe trabalhadora". Essa ideia nega que vivemos numa universidade de classe. A universidade expressa as relações

da sociedade capitalista, seus problemas fazem parte das contradições vigentes nesse sistema econômico. Assim, uma nova universidade só será possível com a destruição da sociedade de classe, fruto da revolução socialista.

O dirigente da LER-QI respondeu que existe uma diferença entre sociedade e modos de produção, como se a sociedade fosse algo puramente superestrutural e não fosse determinado pelas relações de produção capitalistas. A divisão social do trabalho, parte das leis econômicas do capitalismo, exclui quem deve fazer o trabalho braçal do acesso à universidade. Não podemos nos limitar a uma bandeira reformista de "universidade a serviço dos trabalhadores". A bandeira correta é a defesa de escola para todos, o que implica necessariamente a estatização de todo o sistema privado e o estabelecimento de um único sistema público e gratuito sob a direção dos estudantes (a maioria) e os que nela trabalham.

No Grupo de Discussão sobre o movimento estudantil

nacional abordou-se a proposta da LER-QI de ruptura com a UNE e construção da ANEL.

Defendemos a unidade contra a ruptura aparelhista e aventureira promovida pelo PSTU, que arrastou algumas correntes menores como a LER-QI. Esta aventura foi implementada inicialmente para formar a Conlute, cujo fracasso nunca foi explicado, e agora permanecendo no erro, reivindicam a construção da ANEL, Assembléia Nacional de Estudantes- Livre, como uma entidade que funcionará paralela a UNE.

Os defensores da ruptura afirmam corretamente que a UNE está extremamente burocratizada. Entretanto, esta burocratização não começou agora e eles próprios colaboraram não se opondo corretamente à orientação colaboracionista. O mais fundamental, contudo, é que a ruptura não reflete um movimento da base dos estudantes, mas é iniciativa de uma corrente que almeja apenas ter seu aparato próprio. Além disso, com a ruptura deixa criminosamente nas mãos da direção burocrática da UNE a maioria dos estudantes, principalmente de faculdades particulares. Se fosse a base que decidisse romper com a UNE, varreria a direção governista da UJS-PCdoB e PT. Agora temos a maioria dos estudantes alheia a essas discussões, sendo arrebanhados a apoiarem medidas de ataques a universidade pública como a reforma universitária e o PROUNI.

A cada dia que passa, fica mais evidente o interesse aparelhista do PSTU em ter sua própria “UNE”, não obstante, em tese os que reivindicam a construção da ANEL afirmam:

“Apesar dos problemas que marcaram a criação da ANEL e da forma como vem atuando sua corrente majoritária, o PSTU, não só dentro da nova entidade, mas fora dela também, enxergamos nela uma oportunidade de reorganização dos estudantes a nível nacional.” Mas, não deixam claro que problemas foram esses, pois, se forem esclarecer, teriam de admitir o seu seguidismo à política aventureira do PSTU. E quanto a atuarem fora e dentro da UNE, o fato é que com o chamado à ruptura e formação de outra entidade, a direção governista do PCdoB/PT ficou à vontade para fazer da entidade seu aparelho, e os que romperam abandonaram seus espaços. Desde que iniciou a campanha pelo PSTU para romper com a UNE e formação de outra entidade a Corrente Proletária/POR faz a defesa de formação de uma frente contra a direção da UNE, mas o divisionismo do PSTU prevaleceu. Consequentemente, veio a falência da Conlute, da qual, nem o PSTU, nem as correntes que o seguiram, fizeram um balanço, simplesmente permaneceram no erro de formação de uma entidade paralela e de reafirmar o divisionismo do movimento estudantil.

Pela circunstância da ANEL nascer do interesse de uma corrente em ter seu próprio aparelho, a ANEL já nasce burocratizada e não combate a direção governista da UNE, que continua engessando o movimento estudantil.

No domingo, pela manhã, foi debatido o tema da organização e estrutura do DCE. Foram defendidos três modelos de DCE, por chapa, por delegados e mista (chapa e delegados).

A estruturação do DCE por delegados foi proposta no Congresso de 2007 pela LER-QI, que agora fez a defesa das chapas. Mas, a LER-QI não explica o que mudou e que balanço faz da experiência nefasta patrocinada por ela. Depois de lançar a confusão no movimento estudantil da UNESP/FATEC, essa

corrente não explicou a mudança de posição, afirmando apenas que a dispersão se deu por nem todos os campi tirarem delegados, ou seja, não aponta que a estrutura por delegados é dispersa e corporativa, cada delegado responde às questões de sua faculdade ou campus. Joga culpa nas costas das bases que eles ajudaram a dispersar e desorganizar.

A Corrente Proletária, como o fez desde 2008, defendeu o critério de chapas, pela defesa da organização e centralização necessária para que o DCE cumpra seu papel de instrumento de lutas dos estudantes. Denunciamos também durante o Congresso a tese oportunista da LER-QI que propõe uma diretoria eleita, mas que se dissolva “nos momentos de mobilização”, quando seria substituída por delegados. Pelo contrário, é nos momentos de mobilização que a diretoria do DCE deve se fortificar para fazer cumprir as deliberações das Assembléias e impulsionar as lutas. O que não impede de se constituir os comitês de base, que uma direção revolucionária deve impulsionar

A idéia de dissolução do DCE em momentos de mobilização da LER-QI mostra que ainda há uma incompreensão quanto a necessidade da organização centralizada dos estudantes, como o instrumento necessário para as lutas – Por isso, não sabem explicar o que mudou para agora apoiarem o modelo de organização por chapas. Por fim dessa formulação, a LER expressa posições anarco-sindicalistas.

Os independentes levaram a proposta de um DCE misto, com uma direção por chapa e a tirada de delegados nos campi, com o argumento de ser a forma de conter a burocratização por ser a mais democrática. A defesa de um delegado para impulsionar as lutas nos campi desconsidera que nos campi existem organizações de base, como centro acadêmico e diretório acadêmico, que devem se organizar coletivamente, com apresentação de um programa. O modelo de DCE misto mostra a confusão deixada pelo modelo anterior de delegados.

Na plenária deliberativa foi aprovado a ruptura com a UNE e construção da ANEL. Também se aprovou o modelo de estrutura de DCE misto, com chapa eleita em congresso. A diferença entre a estrutura do DCE mista e por chapas foi muito pequena, indicando que a experiência com o modelo disperso de delegados que não organiza nem centraliza as lutas já está sendo rejeitado por uma parcela importante da vanguarda. No próximo período, essa experiência deve ser aprofundada até que se estruture de fato uma verdadeira direção política no DCE.

Ao contrário das teses reformistas que acenam com a ilusão de uma universidade “nova” ou “a serviço dos trabalhadores”, é necessário denunciar com clareza que a universidade no capitalismo é um aparato da burguesia. Por isso, o movimento estudantil, para enfrentar a destruição da escola e a restrição do acesso à juventude trabalhadora, está obrigado a assumir a perspectiva do proletariado e marchar sob sua direção.

Isso significa que tem a tarefa de construir uma direção revolucionária que, partindo das reivindicações transitórias, como defesa da universidade pública e gratuita, estatização do ensino privado, etc., eleve o movimento estudantil para o enfrentamento com o Estado burguês e contra a burguesia.

Outubro de 2010

Corrente Proletária na Educação

Nesta edição:

- Crescem as manifestações e greves na Europa
- Espanha: Greve geral contra Zapatero
- A flexibilização trabalhista se acentua no mundo inteiro
- O processo de decomposição massista
- Para as maiores multinacionais do mundo, a Argentina é um paraíso

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Crescem as manifestações e greves na Europa

França se destaca nas mobilizações

Organizados pelas oito centrais sindicais do país, os dias 23 de setembro, 02 de outubro e 12 de outubro foram dias nacionais de luta contra a Reforma da Previdência na França. Manifestações e greves de vários setores fizeram mais de 200 cidades pararem. As maiores manifestações em Toulouse, Lyon e Paris reuniram, cada qual, mais de 200 mil manifestantes. O dia 12 de outubro conseguiu o feito de aproximadamente 3,5 milhões de pessoas nas ruas entre estudantes, operários de setores estratégicos e funcionalismo público. As centrais buscam repetir o feito de 2002, quando uma outra reforma da previdência foi engavetada.

Com essas, já são cinco grandes paralisações e protestos nacionais ocorridos desde o começo do ano contra o aumento da idade e do tempo de contribuição. Não obstante tais mobilizações, o projeto de lei já foi votado pela Assembleia Nacional (uma espécie de Câmara dos deputados) e, no começo de outubro, foi votado pelo Senado. O governo Sarkozy voltou a afirmar que a Reforma será aprovada e deve ser sancionada até o final do mês.

Novas manifestações e greves estão marcadas para 16 de outubro. Assembleias em diferentes cidades e por categorias ocorreram no dia 13 de outubro. Pretende-se fazer mais dias de paralisação nacional, exigindo a retirada do projeto.

As direções das Centrais francesas

O problema novamente colocado, nesses protestos, diz respeito ao caminho a ser trilhado pelo movimento. A Force Ouvrière, mais abertamente direitista, defende uma saída institucional, pela retirada do projeto, através de mobilizações esporádicas e permeadas por "petições" ao parlamento, exigindo uma 'outra' Reforma. Aliás, foi a única Central que não assinou a Carta aberta das sete Centrais contra o projeto. Estas (CGT, CFDT, CFTC, CFE-CGC, UNSA, FSU e USS), no entanto, não defendem a derrubada do governo, caso esse não atenda o exigido. Em sua carta aberta, elas criticam pontos da Reforma da Previdência, sem mostrar a relação entre esses e a crise econômica e a atual fase de decadência capitalista. A carta afirma ainda que a Reforma é "inaceitável", "não é válida" e que o governo deve ouvir os sindicatos...

Ou seja, as oito Centrais em seu conjunto não têm uma polí-

tica anticapitalista, que defenda de forma consequente o direito da classe operária e dos demais assalariados. Os trabalhadores padecerão sob a direção desses social-democratas.

O governo, ainda que fragilizado pela baixa popularidade, pelo ataque aos direitos, pelas medidas mais recentes de expulsão dos ciganos e pelo aumento do desemprego entre a juventude, continuará respondendo às diretrizes gerais de contenção de gastos, de retirada de direitos e mesmo diminuição de salários, assim como todos os governos europeus. Todos atuam conjuntamente no que se tem definido como política de "austeridade".

Em defesa da Educação e do emprego, italianos se mobilizam

Trabalhadores da educação em 16 de setembro realizaram um dia de protesto em algumas regiões contra a redução de verbas para a educação. Segundo dados do jornal "O Globo", os manifestantes afirmam que mais de 8 bilhões de euros foram retirados em três anos do setor da Educação. Com isso, problemas como superlotação de salas, arrocho salarial, falta de infraestrutura têm se agravado.

Mas não é só a diminuição de verbas para setores sociais que tem levado os trabalhadores italianos a se mobilizarem. Em 02 de outubro, em Roma, centenas de milhares de assalariados saíram às ruas contra o primeiro-ministro Berlusconi. Problemas como o aumento do desemprego, que já atinge 25% da população jovem, e o aumento da corrupção geraram revolta, principalmente, entre a juventude e o funcionalismo público.

Berlusconi, conhecido por suas tendências fascistas e por seu passado corrupto, não age por iniciativa própria também. A diminuição de 10% nos gastos com áreas sociais, como Educação, Saúde, Previdência e o congelamento de salários faz parte do pacote "austero", adotado em todos os países.

As maiores Centrais sindicais têm chamado protestos contra as medidas, no entanto as greves não passam de 24 horas. Em março, ocorreu uma e, em junho, outra greve nacional que conseguiu parar cerca de 55% de todos os trabalhadores do país. Mais uma vez, apesar de toda essa força, as direções do movimento não dão vazão à revolta da população, contendo a mobilização, mutilando sua potencialidade coletiva e massiva.

Manifestação europeia contra a “austeridade”

Embora limitada a alguns dias, as jornadas de luta francesas e italianas alimentaram a organização e protestos em toda a Europa. No dia 29 de setembro ocorreram manifestações e greves em diversos países. A bandeira contra a austeridade quer responder à série de medidas que os governos europeus em conjunto têm adotado.

Na Espanha, marcou-se uma greve geral, tendo em vista que as taxas de desemprego do país tem sido uma das maiores da região. Em Portugal, Letônia, Lituânia, Polônia, República Checa, Romênia, Sérvia, Chipre e Itália as manifestações ocorreram nas capitais e nas maiores cidades.

Em cada um desses países, as mobilizações se deram contra projetos dos governos. Na Romênia, os trabalhadores da saúde tem organizado manifestações regulares e já ocorreu no dia 27 de setembro uma greve parcial do funcionalismo. Na República Checa, o governo pretende tirar 10% dos salários de alguns setores do funcionalismo, os trabalhadores da saúde e da segurança social prometem ainda uma greve a partir do dia 15 de outubro. Em Portugal e Espanha, policiais vem protestando contra o arrocho salarial; a juventude, contra o desemprego.

Retomada de luta na Grécia após Reformas

Desde setembro, vêm ocorrendo também manifestações na Grécia envolvendo funcionários públicos, caminheiros, operários e juventude. Após as malditas reformas que cortaram salários e direitos, o Estado Grego mantém um pacote de medidas de arrocho salarial que também faz parte do plano de “austeridade” europeu. Em 11 de setembro, milhares de manifestantes tentaram agredir o primeiro-ministro George Panpadreou, que apresentou as novas medidas, que incluem cortes em áreas sociais para 2011. Segundo o governo, as medidas são necessárias para receber a ajuda dos organismos internacionais como o FMI.

Em 14 e 15 de outubro, protestos fecharam a estrada que vai para Acrópole, principal atração turística do país. As manifestações são do funcionalismo público, que não reclama do atraso no pagamento dos salários e na não renovação de trabalhadores temporários. Nos dois dias de paralisação e protestos, a repressão policial foi dura. O governo Grego afirma não aceitar a “intransigência” dos manifestantes. Novas manifestações e paralisações estão marcadas para as próximas semanas de outubro.

Superar a crise de direção

Como se vê, o quadro é de ascenso nas lutas dos trabalhadores. A participação operária e da juventude tem aumentado, como se verificou na jornada de luta de 23 de setembro e 12 de outubro na França e de 02 de outubro, na Itália. No dia 29 de setembro, a organização continental das mobilizações potencializou a luta em cada país, permitindo maior pressão aos governos que atuam de forma conjunta.

O que ainda impede a projeção e a vitória das lutas são as direções das principais centrais sindicais. O próprio dia 29 chamado como dia contra a austeridade e pelo crescimento econômico colocou-se no horizonte da defesa do “Estado de Bem-Estar Social” - política dos governos burgueses que desmorona a olhos vistos.

Tais direções de passado social-democrata são um poderoso obstáculo à revolta dos trabalhadores e da juventude. Elas guardam ainda na memória as conquistas obtidas depois da Segunda Guerra Mundial quando da reconstrução da Europa. Mas o que chamam de “conquistas”, na verdade, foi o quinhão depois da destruição da Europa pela Primeira e Segunda Guerras Mundiais. A reconstrução do continente com capital externo e a opressão nacional sobre o restante do planeta (Ásia, África e América Latina) permitiram garantir por algumas décadas um nível de vida para os trabalhadores europeus muitas vezes superior ao assegurado para o restante dos trabalhadores do mundo. Com a crise econômica que ganhou corpo em fins da década de 70, atingindo inicialmente os países mais atrasados e os períodos de recessão e estagnação econômica que apareceram em alguns países altamente industrializados a partir da década de 80, caso do Japão, tivemos o fermento para o nascedouro das políticas neoliberais.

As “conquistas” do passado não podem avançar e precisam ser destruídas. As reformas governamentais, na Europa, começam nos anos 2000, quando, na América Latina, foram experimentadas ao longo dos anos 90.

Alguns países, com maior tradição de luta, conseguiram impedir temporariamente sua aplicação como França e Itália; ainda que, nesta última, as gigantescas mobilizações de operários do setor automobilístico não conseguiram frear por muito tempo as reformas trabalhistas e previdenciárias. Em outros países, como a Alemanha, as medidas governamentais foram profundas, sem grande oposição. Hoje esse país tem um dos piores planos de previdência, considerando que, em alguns anos, a idade mínima para se aposentar chegará a 67 anos.

Aos países mais pobres, alguns saídos do esfacelamento da ex-URSS, a União Europeia reservou apenas planos de ajustes econômicos e aumento da miséria.

O Estado de Bem-Estar Social teve seu tempo e sua razão de ser, na conjuntura internacional que opunha os blocos econômicos na guerra fria. Agora é o tempo do Estado mínimo, das reformas neoliberais e aumento da exploração do trabalho, mesmo nos países mais ricos. As direções social-democratas envelhecidas, caducas, têm em suas mãos levantes de milhões de trabalhadores, de uma juventude destruída pelo desemprego e pela violência e, com essas mesmas mãos, tentam impedir um ascenso revolucionário, contendo as lutas, dentro dos marcos “democráticos” e institucionais.

Como no século XIX, a França pode abrir o caminho das jornadas revolucionárias, mas, para isso, a classe operária deve forjar seu partido e retomar o programa revolucionário de destruição do capitalismo, de derrubada dos governos burgueses. Nela, como na Itália, na Alemanha, na Espanha, e em tantos outros países, a ausência de poderosos partidos operários permite que a carcomida social-democracia obstaculize a luta. Não obstante, com a crise, um novo ciclo de lutas se abre.

Mais do que nunca, o internacionalismo da classe operária será posto em xeque. Enquanto essas monumentais tarefas não forem resolvidas, muitas outras manifestações com milhões de trabalhadores ocorrerão sem que os governos recuem em seu intento. Mais do que nunca, a IV Internacional precisa ser reconstruída. Mais do que nunca, a necessidade da Revolução Proletária estará na ordem do dia.

Greve geral contra Zapatero

Juanito

No dia 29 de setembro realizou-se uma greve geral massiva, na qual os trabalhadores do Estado espanhol expuseram de forma inequívoca seu rechaço aos ataques implementados pelo governo desde a brutal virada de maio, seguindo as diretrizes da União Europeia e o FMI para que os custos da crise sejam descarregados sobre os trabalhadores.

O “progressista” Zapatero lançou a maior ofensiva contra as condições de vida e direitos, desde a morte de Franco. Além de reduzir os salários do funcionalismo e congelar as pensões até 2011, aprovou uma reforma trabalhista, em setembro, que barateia as demissões e procura romper a negociação coletiva em aspectos-chaves (retribuições, demissões, mobilidade) para fraturar a unidade da classe operária e suas lutas, eliminando os direitos trabalhistas conseguidos desde os anos setenta. E esta reforma, fortemente criticada pela patronal como insuficiente, é o primeiro passo de uma bateria de medidas exigidas pela Comissão Europeia e pelo FMI para destruir os mais elementares direitos trabalhistas. O segundo passo é a reforma das pensões, como a ampliação da idade para se aposentar para 67 anos e o aumento de 15 a 20 anos do período para calcular a quantidade da pensão a receber.

A resposta dos trabalhadores tem sido contundente. Há cerca de dez anos não se realizava na Espanha uma mobilização com semelhantes características. Pararam os trabalhadores da grande indústria de metal, particularmente a dos carros, a construção, o transporte, os mercados centrais, coleta de lixo etc. Onde ocorreu menor participação foi no pequeno comércio e nos setores mais atrasados, como a saúde ou funcionalismo, onde têm mais força os sindicatos corporativos contrários à greve.

Nas regiões, destacaram-se Catalunha, Astúrias, Andaluzia, Galiécia e Madri. No país basco, notou-se menor participação por não convocarem a greve os sindicatos nacionalistas. As manifestações que culminaram com a jornada de luta reuniram dois milhões

de trabalhadores. A presença de jovens nos piquetes e manifestações tem sido de grande importância.

Depois da vergonhosa cumplicidade, as direções sindicais da CC.OO e UGT se viram forçadas a convocar a greve, porque estava em jogo sua própria sobrevivência como aparato. No entanto, fizeram uma débil campanha para impulsionar a greve com o lema: “Assim, não”. Queriam deixar claro sua disponibilidade de assumir de forma pactuada a quebra de direitos dos trabalhadores. Uma e outra vez, manifestaram sua compreensão diante da difícil situação desencadeada pela crise, insistindo que a greve não era contra o governo nem contra os “mercados” e a patronal, que havia demitido 4,5 milhões, 20% dos trabalhadores do Estado e criado um mercado de trabalho com maior índice de precariedade e o maior desemprego juvenil da Europa. Nessa ocasião, os trabalhadores foram à greve, mas com um fortíssima desconfiança diante da atuação das direções da CC.OO e UGT.

A campanha por parte de todos os partidos de direita e dos meios de comunicação contra os sindicatos foi brutal. Isso porque a burguesia espanhola estava aterrada diante da perspectiva de uma “desestabilização” do país. Portavozes parlamentares e comentaristas de todo o tipo não pararam de deslegitimar os sindicatos nos dias que antecederam a greve, afirmando que não tinha cabimento no mundo moderno, deixando evidente, inclusive, a pretensão de legislar o direito de greve para proibir a realização de greves gerais. De vez em quando afirmavam que os sacrifícios dos trabalhadores eram inevitáveis para o bem do país, que não se podia dar um passo atrás nas reformas empreendidas e, sobretudo, nas que estavam por chegar, seguindo as orientações das instituições financeiras internacionais. Assim, enquanto os trabalhadores faziam a greve geral e se manifestavam, os representantes da socialdemocracia e todos os partidos de direita se empenhavam em aparentar normalidade, continuando com os debates no parlamento.

Era impossível concretizar a estratégia do governo de acordar com as direções sindicais por trás da greve geral. As exigências das instituições internacionais para a Espanha, igualmente as que estão formulando a outros países com dívidas soberanas elevadas, como a Grécia, Portugal ou Irlanda, não permitem margem de manobra. A campanha dos meios de comunicação contra os sindicatos expressa a vontade crescente do setor da burguesia para impor pela força sua política. Apesar da grande vontade das direções sindicais, estas não podem conseguir migalhas imprescindíveis para pactuar e se encontram acoçadas por um movimento que tem deixando marcas de sua força, que não tem nenhuma confiança no governo socialdemocrata de Zapatero que exige o fim da paralisação, com as agressões e as ajudantes ingentes dos capitalistas.

O governo deixou claro sua completa subordinação às exigências das instituições econômicas e financeiras do grande capital internacional ainda que custe cair no descrédito e perder as próximas eleições.

O que ocorreu, nesses dias, na Espanha, é só uma manifestação do que está ocorrendo em toda Europa. A Comissão Europeia se converteu sem atenuante em porta-voz das políticas mais anti-operárias. Entretanto continua com sua política de ajuda milionária aos bancos e grandes indústrias, multiplicando a dívida soberana dos estados, exige elevação de impostos indiretos ou diretos, particularmente sobre os trabalhadores e não sobre o capital, cortes salariais, anulação de toda ajuda social e privatização da educação e da saúde. Na Grécia, na França, na Itália, na Espanha, o movimento operário passou para a ofensiva.

Diante do potencial de luta demonstrado pelos trabalhadores e da situação de aguda crise do capitalismo, que projetam um futuro de conflitos cada vez mais abertos, a luta por articular o programa político da classe operária e construir o partido da revolução se convertem em uma necessidade vital.

A flexibilização trabalhista se acentua no mundo inteiro

Juana

No último dia 30 de setembro, ocorreu no Equador um motim policial, que foi qualificado tanto pela direita imperialista como pelos pseudo-esquerdistas como uma “tentativa de golpe”. Imediatamente os governos de Chávez e Evo Morales saíram denunciando que o responsável pelo golpe era o imperialismo ianque. Por outro lado, os governos do Chile, Peru, Colômbia, E.U.A. repudiaram a tentativa de golpe de Estado e respaldaram o governo democrático de Correa. De mesma forma os altos mandos do exército e da polícia do Equador, e a própria direita equatoriana se pronunciam a favor da “democracia” e apoiam Correa.

A causa do motim policial está diretamente ligada à promulgação da Lei do Serviço Público que elimina disposições que reconheciam o pagamento de bonificações, comissões e estímulos econômicos por tempo de serviço, ou seja, trata-se de uma norma que elimina muitas conquistas sociais. Não somente para os policiais e militares, mas ao conjunto dos servidores públicos. Outro aspecto importante a mencionar é que o amotinamento foi sustentado pela tropa, e não pela cúpula policial. Os policiais mobilizados exigiam o fim da lei, e que cessassem todas as atitudes autoritárias que rebaixassem sua parca situação econômica, em nenhum momento se pronunciaram por uma mudança de governo ou por sua destituição. Nestas condições, essa luta das tropas policiais se soma a de outros setores populares na defesa de suas aspirações, de seus direitos e conquistas, eliminados pela Lei do Serviço Público.

No outro lado do mundo, na Espanha, uma contundente mobilização foi realizada na semana passada rechaçando a reforma trabalhista imposta pelo governo de Zapatero. Da **Bolívia**

O processo de decomposição masista

O Vice-ministro de Coordenação com os Movimentos Sociais, Cesar Navarro, confessou que o MAS não tem militância política, “o que tem são filiados, porque ser militante significa assumir com convicção princípios, ser consciente das obrigações que implica ingressar em uma organização política, ser militante é ser antiimperialista e anticolonialista, não só no discurso, mas também como forma de vida” – disse -.

Efetivamente, o MAS não é um partido porque carece de um programa e como bem disse Navarro, quando assinala que a única coisa que têm são “filiados”, ou seja, oportunistas sem princípios, reformistas “esquerdistas”, indigenistas impostores ideologicamente alimentados pela ideologia pós-modernista, difundida no mundo pelo imperialismo que negam a necessidade da transformação revolucionária da decadente sociedade capitalista e proclamam a complementaridade entre opressores e oprimidos.

Em resumo: o MAS é um balaio de gatos que só tem em comum a submissão à ordem social capitalista, à grande propriedade privada burguesa nacional e imperialista.

Sem um programa para criticar, estamos obrigados a tomar

mesma forma, os explorados de outros países da União Européia saem às ruas contra as medidas de austeridade que os governos pretendem implementar por ordem dos organismos internacionais como o FMI.

Na Bolívia, os explorados começam a se unificar e recorrer à ação direta em rechaço às denominadas novas leis malditas. O Código Trabalhista e a Lei das Servidoras e Servidores Públicos vão no mesmo sentido que as reformas trabalhistas dos governos dos diferentes países do mundo. Sob o argumento de eficiência, eficácia e produtividade, estas leis levam à eliminação de conquistas sociais adquiridas através da luta dos explorados. O peso que representa para o capitalismo senil os encargos sociais, como são as várias bonificações, já não podem ser sustentadas, para isso a burguesia aplica a flexibilização no trabalho, promulgando as reformas trabalhistas.

A reação dos trabalhadores é o rechaço através da mobilização e do protesto de rua. Os governos do “Socialismo do Século XXI” penalizam os protestos, reprimindo e acusando os movimentos de conspiradores e de agentes do imperialismo, quando na verdade são eles quem atuam como lacaios do imperialismo abrindo o caminho para as multinacionais saquearem os recursos naturais.

Corresponde, portanto, fortalecer a vanguarda revolucionária para combater ideológica e organizativamente a nova arremetida da burguesia imperialista que está decidida a exterminar todas as conquistas sociais dos trabalhadores do mundo inteiro com a chamada flexibilização trabalhista.

(extraído do Masas boliviano nº 2190 de 08/10/2010)

como tal o que seu caudilho no poder, o camponês indígena Evo Morales, proclama diariamente aos quatro ventos pelo mundo inteiro: “A Revolução Democrática Cultural” que tem seus limites nas reformas legais com o propósito de regular, a partir do Estado, a atividade das empresas multinacionais que saqueiam o país e dos empresários nativos, mas sem atentar contra seus direitos como investidores ou como proprietários dos grandes meios de produção.

O fracasso de sua política é consequência disso e não da ação perversa dos “neoliberais” incrustados. As divergências internas do MAS se tornam evidentes, a decomposição no interior do governo se expressa -já havíamos adiantado-, como acusações mútuas entre os vários grupos masistas de serem neoliberais incrustados. Para Evo: “existem infiltrados do MSM” que não o deixam governar; as organizações sociais que não se incorporem à CONAMAC são também neoliberais. Para Cesar Navarro: “o Movimiento Al Socialismo governa com uma burocracia neoliberal que foi formada nas instituições estatais, onde existem infiltrados que obstroem o funcionamento da gestão”.

Pura enrolação; neoliberais e anti-neoliberais são a mesma coisa na medida em que ambas são expressões da política burguesa. Essa história de que o fracasso da política do governo se deva a neoliberais incrustado, só procura enganar os oprimidos para inventar bodes-expiatórios para seus fracassos e ocultar o conteúdo burguês da política do MAS.

Os explorados, desiludidos com o governo, já iniciam seu caminho de diferenciação, aos operários fabris, professores, trabalhadores da saúde, médicos, etc. somam-se organizações camponesas como a própria CSUTCB cuja plenária exigiu que Evo se desculpe por chamar de reacionários os dirigentes da Central Camponesa Tupac Catari (que rompeu publicamente com o governo) e declarou estado de emergência.

Da mesma maneira, o governo acentua seus traços totalitários anti-operário e anti-popular contra os explorados, a quem quer submeter à força quando não consegue através da burocracia sindical vendida.

O governo de Evo e o MAS são pró-imperialistas, pró-bur-

guês, e, definitivamente, reacionário, uma vez que protege e se submete à grande propriedade privada burguesa, ou seja, ao poder dos ricos. Todo o resto não passa de uma grande mentira: Suas poses antiimperialistas são da boca para fora; suas nacionalizações compram a preço de ouro parte do que os governos anteriores rifaram a preço de banana; seu reconhecimento legal dos direitos das nações originárias não resolve o problema fundamental da terra para os camponeses, etc., etc.

A resposta ao conteúdo burguês da política masista não pode ser outra senão a luta independente dos explorados para impor suas reivindicações na perspectiva estratégica da instauração de um verdadeiro governo de operários, camponeses e setores oprimidos das cidades; que acabe com a base estrutural sobre a qual se assenta a exploração nacional e classista: o poder econômico dos opressores (multinacionais, empresários, latifundiários, banqueiros, etc.), confiscando como propriedade social a grande propriedade privada burguesa.

(extraído do Masas boliviano nº 2190 de 08/10/2010)

Argentina

Corrigindo um erro

Nota da comissão de redação do Jornal Massas

No Massas nº 399, traduzimos equivocadamente a matéria intitulada “Argentina: é possível que as lutas triunfem?”, como sendo do POR argentino, pertencente ao Comitê de Enlace pela reconstrução da IV Internacional. Na realidade, o artigo é da corrente que cindiu, anos atrás, o POR argentino. O artigo que foi traduzido pela comissão de redação é intitulado “Para as maiores multinacionais do mundo, a Argentina é um paraíso”, do Jornal Masas do POR argentino, nº 240, que abaixo o reproduzimos. Autocriticamo-nos tanto com nossa organização irmã quanto com a organização adversária.

Para as maiores multinacionais do mundo, a Argentina é um paraíso

A mineração ocupou o centro da atenção no conhecido encontro do Canadá. A presidente Kirchner, reunida com o diretor da multinacional mineira Barrick Gold, garantiu na discussão sobre a “lei de glaciares” que, desta vez, não se voltaria a vetá-la. Parece-nos importante assinalar qual tem sido a política de mineração durante o governo Kirchner.

Afirmamos que nesse ponto (como em muitos outros) a política de Nestor e Cristina, foi e é, uma continuidade da política dos anos 90: presentear os recursos naturais às multinacionais em troca de migalhas. Durante os anos 90 aprovaram-se diversas leis sobre a mineração que garantiu volumosos benefícios às empresas: estabilidade impositiva por 30 anos, não pagamento de impostos aos investimentos brutos, devolução da Iva, reintegração de impostos se exportarem por portos patagônicos, não pagamento de direitos de importação por bens de capital e insumos, livre disposição de divisas, pagamento de somente 3% de direitos dos quais se descontam o custo de transporte, seguro etc, por meio do qual terminavam sem pagar nada pelo conceito.

Tudo isso converteu a mineração, desde os anos 90, em um grande negócio livre de pagar a maioria dos impostos. Sem dúvida é interessante ver como evoluiu durante os últimos anos, em que os benefícios foram cada vez maiores. Um primeiro aspecto é o da derivação que deu enormes benefícios: a produ-

ção se exporta (em dólares a preço internacional), mas pagam seus custos em pesos, reduzindo muito os custos. Mas, por outro lado, os principais metais comercializados (ouro, prata e cobre) aumentaram seu preço no mercado. No caso do ouro, um dos principais, o preço triplicou entre 2004 e 2010 (passou de 450 a 1.200 dólares a onça). Com tudo isso, desde os anos 90 até agora os lucros das mineradoras têm sido muito altos, em alguns casos, quintuplicaram sua rentabilidade. Apesar disso, nem Nestor, nem Cristina, puseram em questão o regime de exceção impositiva que recebem dessas empresas.

Isso ajuda a entender um pouco mais o porquê das frequentes reuniões do Governo com a Barrick e outras empresas do rubro e o veto a lei dos glaciares. As empresas mineradoras são dos grandes beneficiados dos governos Kirchner, um grupo de empresas multinacionais as quais o governo os entrega a exploração dos recursos naturais em troca de migalhas.

Isso do ponto de vista econômico, mas não podemos esquecer que são algumas das empresas que mais dano causam à natureza, principalmente às populações que se encontram ao redor das minas.

As multinacionais devem ser expulsas e a Nação deve recuperar integralmente todos os recursos.

(Extraído do Jornal Massas, nº 240, agosto de 2010, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)